



Vasco Moniz

Uma obra
com rosto humano



VASCO MONIZ
UMA OBRA COM ROSTO HUMANO

Edição: Comissão Organizadora da Homenagem a Vasco Moniz

Vila Franca de Xira

Autores: Idalina Charraz e Sofia Grilo

Capa e grafismo: António Baldeiras

Revisão: Carlos Gomes

Tiragem: 1 000 exemplares

Impressão: Calbergráfica, Artes Gráficas, Lda.

Acabamento: ??????, Artes Gráficas, Lda.

Data de Impressão: Maio de 2003

Depósito legal n.º ??? ???/2003



Vasco Moniz

Uma obra
com rosto huma-

*“Quero viver no meio
desta gente simples
para saborear o sentido
pleno
daquela palavra que,
por muito aparecer nos
discursos,*

V. Vasco Moniz

Índice

5	Nota introdutória
7	Notas biográficas
12	O CASI - Centro de Assistência Social Infantil
22	Os primeiros anos do CASI
24	A Voz do Catraio
48	O Ginásio do CASI
50	Economia Social
54	Educação e práticas pedagógicas
57	As Oficinas do CASI e a formação dos catraios
58	Acção Social
60	O Bairro do CASI
61	Preocupações Sociais
62	O homem e a Igreja
70	Boletim Paroquial - uma voz incómoda e actuante
97	O homem "subversivo"
109	Do CASI para o CBEI
112	Uma (mais do que) merecida homenagem
122	Agradecimentos
124	Bibliografia

Nota introdutória

A ideia de passar para o papel um conjunto de elementos sobre uma figura tão marcante como foi Vasco Moniz andava a germinar há algum tempo.

Em 2002, quando o CBEI abordou, numa das reuniões da Comissão para as Festas da Cidade de Vila Franca de Xira, a necessidade de se promover uma homenagem onde se incluísse a atribuição, a título póstumo, da Medalha de Mérito Municipal, tal pretensão estava imbuída do espírito de que mais alguma coisa tinha de ser feita para lembrar, relembrar e dar a conhecer a importância de Vasco Moniz para Vila Franca de Xira, para o seu património humano e social. Agora foi possível dar corpo a essa intenção.

Não foi tarefa fácil. A quantidade de informação disponível, o volume e o valor da obra por ele desenvolvida nas mais diversas vertentes, teria justificado que outros, antes de nós, tivessem tomado em mãos o propósito de fazer com que a sua memória não se perdesse.

Quando partimos para este projecto estávamos longe de imaginar a sua complexidade. Elaborar um trabalho desta natureza, sobre a vida e a obra de uma figura que, indiscutivelmente, marcou Vila Franca de Xira, as suas gentes e, sobretudo, muitas centenas de pessoas, é um desafio muito interessante e, ao mesmo tempo, arriscado. Arriscado, porque acerca do Homem e da sua obra, são ainda hoje diferentes os pontos de vista e, desde logo, os ângulos de abordagem.

O trabalho realizado procurou recolher, centralizar e sistematizar a documentação existente para, com base nessa pesquisa, possibilitar que um número maior de cidadãos conhecesse a vida e a obra, a diversos níveis inovadora e exemplar, do Dr. Vasco Moniz.

Este não é *o trabalho*. É, apenas, *mais um trabalho* seguramente incompleto. Outros abordariam o assunto de outra forma, valorizando mais este ou aquele aspecto. Da nossa parte, para que conste, entendemos indispensável afirmar que, num momento em que parece que estamos condenados a uma certa formatação das mentes, das atitudes, dos valores e dos comportamentos, o exemplo de Vasco Moniz é, seguramente, uma pedrada no charco, um grito de alerta!

As suas palavras, incómodas e de uma pontaria certa, são, ainda hoje, de uma actualidade impressionante: ***“O CASI há-de agitar as águas estagnadas dos pântanos. O CASI é revolucionário, manda uma rasteira à ordem social***



Notas



- > Vasco Francisco do Rosário Moniz nasceu em Goa, a 22 de Outubro de 1913, na freguesia de Varnã, concelho de Salcete.
- > Estudou no Seminário Jesuíta de Rachol.
- > Foi ordenado sacerdote católico, a 3 de Outubro de 1937, em Goa, por D. Manuel Ferreira da Silva, Bispo de Gurza.
- > Terminou a Licenciatura em Teologia, na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, a 3 de Junho de 1940.
- > Foi nomeado pároco de Vila Franca de Xira em 1941, cargo que exerceu até 1974.
- > A 8 de Dezembro de 1944 foi inaugurado o CASI (Centro de Assistência Social Infantil), “Obra” fundada e dirigida por si até 1976, onde educou várias centenas de rapazes desprotegidos, ajudando-os a serem “homens de corpo inteiro”.
- > Criou oficinas de carpintaria, serralharia, mecânica, sapataria e tipografia, para dar um ofício aos seus catraios.
- > Simultaneamente, abriu nas mesmas instalações um berçário/creche para os filhos das mulheres trabalhadoras.
- > Durante vários anos, acumulou a acção social e pastoral com a de professor da cadeira de Teologia Dogmática e Direito Canónico, no Seminário Maior dos Olivais, em Lisboa.
- > Fundou e dirigiu o jornal *Voz do Catraio*, em 1946, que só deixou de ser publicado em 1961, por pressões da censura.
- > A 8 de Dezembro de 1950 foi inaugurado o Ginásio do CASI, pavilhão gimnodesportivo polivalente, que possibilitou aos catraios e a outros jovens de Vila Franca de Xira, a prática do desporto e incentivou o gosto pelo teatro, a par de outras actividades.
- > Também em 1950, tomou a iniciativa de construir de um bairro social: o Bairro do CASI.
- > Assistente da Acção Católica, dinamizou na paróquia o estudo da Doutrina Social da Igreja e o papel activo dos cristãos na sociedade.
- > Foi homenageado pela paróquia e por entidades autárquicas nas suas bodas de prata sacerdotais,





- a 18 de Novembro de 1962.
- > Foi agraciado pelo Estado Português com o Grau da Ordem de Benemerência, a 9 de Janeiro de 1963.
- > Em 1970, lançou o *Boletim Paroquial*, exemplo de uma pastoral actuante e inconformada, proibido pela censura após o 15.º número. Aliás, foi a sua postura inconformada que o levaria a ser referenciado pela PIDE/DGS.
- > Dinamizou diversos movimentos juvenis, sendo o Secretariado Paroquial o ponto de encontro de todos.
- > Incentivou ao estudo muitos jovens e, com o seu apoio e exemplo, muitos chegaram às universidades.
- > Quando os ventos do Vaticano II chegaram, já o Ecumenismo era vivido nesta terra, protagonizado por ele e pelo seu grande amigo e vilafranquense Dr. Luís César Pereira, Bispo da Igreja Evangélica Lusitana.
- > Foi Professor do Ensino Preparatório e Secundário desde 1962 e até atingir a idade da reforma.
- > Em 1972, por sua iniciativa, sentindo os sinais dos novos tempos, iniciou a reconversão do CASI em Jardim Infantil, que mais tarde veio a denominar-se CBEI (Centro de Bem-Estar Infantil de Vila Franca de Xira).
- > Foi o primeiro Presidente do Conselho Directivo da Escola Preparatória de Vila Franca de Xira, após o 25 de Abril de 1974
- > Foi deputado à Primeira Assembleia Constituinte, eleita depois do 25 de Abril de 1974.
- > A 20 de Novembro de 1974 despediu-se da paróquia.
- > Depois de pedir a redução ao estado laical contraiu matrimónio católico, em 1977.
- > Morreu na cidade de Vila Franca de Xira a 29 de Novembro de 1988 e foi sepultado a 1 de Dezembro.
- > Foi homenageado por um grupo de amigos, em colaboração com a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, a 1 de Dezembro de 1990, altura em que foi inaugurada a Rua Dr. Vasco Moniz e em que foi descerrado um alto relevo no pátio do actual CBEI.
- > Em 1999, por ocasião das comemorações dos 25 anos do 25 de Abril, foi agraciado postumamente









O CASI

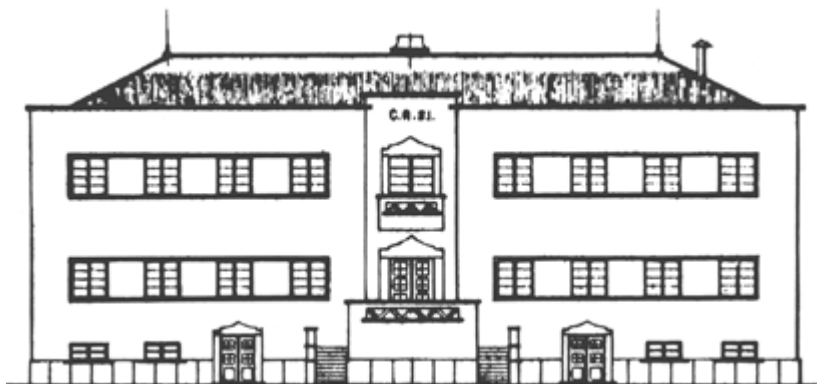
Centro de Assistência Social Infantil

Vasco Moniz foi nomeado pároco de Vila Franca de Xira pelo Patriarcado, a 17 de Janeiro de 1941, enquanto aguardava transporte de regresso a Goa. Esta vila era um centro de oposição ao regime que então vigorava. Existiam muitos problemas paroquiais e a Igreja não tinha a influência desejada, daí a necessidade de mudança.

Desenraizado da família e da cultura adquirida na Índia e na Europa e sensibilizado com as carências sociais existentes em Vila Franca de Xira, o Padre Moniz cedo procurou quem o pudesse ajudar nos seus propósitos, quer em termos sociais, quer em termos económicos. Conheceu o

industrial Ferreira Delgado, que o ajudou economicamente no arranque dos edifícios que albergariam e educariam centenas de crianças e jovens órfãos e abandonados, em consequência da fome e da miséria que existiam no país.

O Centro de Assistência Social Infantil, CASI, deu os primeiros passos em 1942, altura em que se começava a formar a ideia da criação de uma instituição de apoio a crianças desprotegidas. A ideia foi tomando corpo, os apoios foram surgindo e, a 4 de Maio de 1943, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira oficializou a cedência dos terrenos para



Fausto Nunes Dias
Secretário da Redacção:
João da Costa Júnior
Administrador:
Possidónio José Valente

Vida

O semanário mais

Uma revolução em perspectiva

Pelo Rev. Dr. VASCO MONIZ

Momentos de aflição — desses que costumam trazer a nossa cabeça a arder como uma pira — levaram-me até Santarém em demanda de almas caridosas. Descobri uma Verdadeiro *gentleman*. É o sr. dr. Artur Proença Duarte, Presidente da Junta de Província do Ribatejo, alma nobilíssima perante a qual curvo, reverente e confundido, a minha cabeça. Não sou capaz de te reproduzir, leitor, como lhe manifestei a minha aflição. Foi uma linguagem monossilábica. Só sei que pronunciei bem estas duas palavras: *dez contos*. E não eram contos de fadas, querido leitor, eram contos de réis que a Comissão do C. A. S. I. precisava. Sai do consultório do sr. dr. Artur Proença Duarte convencido de que tinha sido compreendido. É apanágio de almas invulgares compreender o que se diz em monossilabo. Esses dez

trando-me uma mesa, pergunta: *esta mesa velha serve, sr. Prior?*

— *Sim, Senhora, serve, serve tudo, desde a lenha até ao objecto mais luxuoso da moderna «toilette», menos o «bouton rouge» — bem entendido!* Uma travessa e uma escarradeira — de uma senhora; uma mesa pé de galo — de um comerciante; doze pratos, um ferro de engomar e 7 copos — de uma senhora; dois alguidares e duas talhas — de uma senhora; uma mesa de uma Mlle., assim se encontra registado no respectivo livro; um tableiro e uma mesa — de uma senhora; de uma outra — uma mesa de abas; de um ilustre doutor — duas camas de ferro. E agora *finis coronat opus*: de um operário especializado — uma máquina de costura. Parece impossível, mas é verdade. E o fogão? Ainda não apareceu.

DIA
F I

Saludo
queridos
poasam
o Dia
triste e
gente de

Prece
a sua ú
Legen
to, mas
onde,
confian

Rosto
almas
riram
dos res
canso d
e não v

Flore
caram
tortura
quebra
murm
Deus,
samen
aquel
grima

Vid
não es
morte
neste
a los
todos
canso
é com
ma

A 3 de Dezembro de 1943, já com estatutos aprovados, foi oficialmente instalada a Comissão Executiva do CASI, composta por:

Vasco Moniz; António José Vidal Batista (advogado); António Augusto dos Santos Malta (empregado de escritório); António Costa Ferinho (industrial); António Maria (proprietário); Armando Carvalho Carrilho (proprietário); Fausto Nunes Dias (jornalista); Fernando Afonso de Paiva (electricista); Fernando Tarracha (estudante), Joaquim Augusto Faria (comerciante); José Maria da Silva Guedes Júnior (capitão); Júlio Gaudêncio (construtor civil); Noel Perdigão (industrial) e Raúl Francisco de Carvalho (funcionário público).



Artº. 1.º - É criado em Vila Franca de Xira um Centro de Assistência Social Infantil com o fim de cooperar com as famílias na formação física, intelectual e moral dos seus filhos.

Artº. 2.º - O Centro propõe-se sustentar ou prover as seguintes acções:

- a) Dispensário infantil e socorro às mães;
- b) Creche-recreatório ou jardim infantil para crianças dos dois aos sete anos;
- c) Escola de ensino elementar, ou recreatório e cantina económica para os alunos pobres que frequentem as escolas oficiais e particulares;
- d) Casa de trabalho, economia, higiene e aperfeiçoamento doméstico;
- e) Biblioteca de leitura ao domicílio.

Artº. 3.º - Na orientação e formação moral dos assistidos o Centro toma como base a religião católica tradicional do País.

Artº. 4.º - para a realização dos seus fins o Centro conta com os rendimentos seguintes:

- a) Quotas ou subsídios dos seus fundadores ou cooperadores;
- b) Quota parte do rendimento dos trabalhos executados pelas casas de trabalho;
- c) Subsídios ou doações de particulares;
- d) Subsídios das autarquias locais;
- e) Subsídios da Direcção Geral de Assistência.

Artº. 4.º - O Centro terá um director escolhido por Sua Excmza o Cardeal Patriarca de Lisboa.

Artº. 5.º - Compete ao director escolher os dirigentes e demais pessoal técnico indispensável ao funcionamento das acções previstas.

Artº. 6.º - O nome do director e bem assim o dos dirigentes das modalidades serão comunicados à Direcção Geral de Assistência e ao Governador Civil de Lisboa.

Artº. 7.º - O Centro prestará assistência gratuita às famílias que pela sua indigência ou pobreza, apreciadas nos termos do artigo 256.º do Código Administrativo da pobreza, e mediante taxa de compensação proporcional às suas posses, no caso de possuírem alguns haveres ou rendimentos.

Artº. 8.º - Os gastos com a remuneração a pessoal não poderão exceder 30% das receitas destinadas à Assistência.

Artº. 9.º - Compete ao director a elaboração dos regulamentos internos para cada uma das modalidades previstas.

Artº. 10.º - O Centro cooperará com as demais obras ou instituições de assistência local no sentido de obter o maior rendimento assistencial das suas actividades conjugadas.

Artº. 11.º - O Centro observará as directrizes de ordem técnica lhe forem transmitidas pela inspecção superior de assistência pública, e organizará anualmente a actividade das suas actividades assistenciais e bem assim o relatório da sua administração que através da competente autoridade estatística submeterá à apreciação da autoridade civil.

Vila Franca de Xira, 30 de Julho de 1943.

Pela Comissão Executiva

Notas:

Os estatutos do CASI foram aprovados pelo alvará n.º 105 do Governo Civil de Lisboa, a 8 de Setembro de 1943.

Resumo da acta da sessão da Câmara Municipal 4 de Maio de 1943

“A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira deliberou ceder ao Centro de Assistência Social Infantil 1495 metros quadrados de terreno no Jardim do Adro, sendo a cedência feita sob as condições seguintes:

1.^a – Que o terreno cedido reverterá para a posse da Câmara se, no prazo de um ano, a partir da data de cedência, não for utilizado para os fins a que se destina, prazo este que, excep-cionalmente, poderá ser prorrogado por mais seis meses a pedido da comissão interessada, se a Câmara assim o deliberar.

2.^a – Que no caso não esperado do encerramento do projectado “Centro”, ou da não conclusão do respectivo edifício, este ou a parte construída do mesmo será considerada património municipal, sem pagamento de indemnização alguma por parte da Câmara.

3.^a – Que a Câmara, por sua expontânea deliberação ou a pedido de qualquer outra instituição de assistência e beneficência de Vila Franca de Xira, verificando-se o exposto na condição anterior, poderá então ceder o edifício ou a parte construída deste, para idênticos fins, sob as formalidades legais ou aproveitá-lo para serviços municipais.”

Resumo da acta da sessão da Câmara Municipal 17 de Dezembro de 1943

“Deliberou a Câmara consignar nesta acta que, no dia 8 do corrente, se lavrou o auto de entrega e posse do terreno ao Centro de Assistência Social Infantil de Vila Franca de Xira, para nele se construir a sede do referido Centro, terreno que constitui uma parcela do “Jardim Municipal do Adro”, com a área de 1495 metros quadrados, tudo em harmonia com a deliberação tomada por esta Câmara em reunião de 4 de Maio, aprovada pelo Conselho Municipal em sessão do mesmo mês e autorizada pela Portaria de 29 de Outubro, encimada do Ministério do Interior e publicada no Diário do Governo n.º 252, série da



Notas:

A cedência do terreno por parte da Câmara Municipal foi autorizada por Portaria do Ministério do Interior, datada de 22 de Outubro de 1943 - Diário do Governo n.º 252, 2.ª série de 29

Entrevista de Vasco Moniz ao jornal *Vida Ribatejana*, a 15 de Outubro de 1944

Os objectivos do CASI estavam traçados. Em entrevista ao jornal *Vida Ribatejana*, Vasco Moniz tornou-os claros: “dispensário infantil e socorro às mães; creche recreatória para crianças dos três aos sete anos; escola de ensino elementar, ou recreatório, e cantina económica para os alunos pobres que frequentam as escolas oficiais e particulares; casas de trabalho, economia, higiene e aperfeiçoamento doméstico”.

Chegou a altura de ouvirmos o Reverendo Dr. Vasco Moniz acerca da altruísta obra a que, com dedicados amigos da nossa terra, denodadamente meteu ombros: a fundação, nesta vila de um Centro de Assistência Social Infantil. Por vezes o tentámos – e sempre oferecendo-nos razões absolutamente aceitáveis – a ser entrevistado sobre a sua acção benemérita, se escusou. Nova-mente procurámos o ilustre sacerdote, que nesta vila conta com gerais simpatias e pelo qual os pobres e os fiéis têm uma verdadeira adoração.

O edifício do centro está, conforme aqui temos noticiado bastas vezes, a ser construído (já em vias de conclusão) no Jardim do Adro.

Muitas têm sido as pessoas generosas e de boa-vontade que têm, para com tão bela obra, oferecido os seus donativos, vindo juntar-se aos das entidades oficiais, como sejam a Câmara Municipal, a Junta da Província do Ribatejo e a Junta de Freguesia de Vila Franca.

O auxílio do Estado também é importantíssimo e, segundo nos afirmam, maior será ainda. Mas ouçamos o Rev.º Dr. Vasco Moniz.

— Chegou agora a oportunidade, meu amigo. Vai ser esta a primeira vez que, na *Vida Ribatejana*, intrépido pregoeiro dos interesses do Ribatejo, falo do Centro de Assistência Social Infantil de Vila Franca de Xira. Não o farei como membro da sua Comissão Executiva, mas apenas como alguém que acompanha com muito interesse a marcha dessa obra.



Achámos, efectivamente, estranha a atmosfera de silêncio em que se iniciaram e continuam os trabalhos de construção da sede.

Não teria sido mais interessante expor ao público vilafranquense os objectivos do Centro antes do início da construção da sua sede no Jardim do Adro?

Sim, interessante... talvez; creio, porém, que o nosso silêncio não prejudicou em nada os interesses da obra. Além disso V. compreende, há temperamentos que não se coadunam com certas maneiras de dar que falar. O meu é assim. E depois, que proveito

tiraria o Centro de uma dúzia de frases sonoras que eu tivesse escrito no seu conceituado semanário, quando o projecto desta obra andava apenas confusamente esboçado na nossa imaginação?

Sentir-me-ia na necessidade de pintar ao negro o ambiente de certas mansardas que comprometem a sanidade de muitas crianças da nossa vila, asfixiando-lhes as inúmeras virtualidades encerradas no seu peito; protestaria energicamente contra esse ambiente, faria vibrantes e patéticos apelos com solenes e pomposas promessas... E depois?

Tudo como dantes... Confesso que tive essa veleidade que, graças a

Deus, foi só veleidade, porque logo me acudiu à memória aquele rifão italiano que define a distância que separa a promessa da sua realização: *Dal dire al fare c'è di mezzo il mare*. Desisti... Mansardas há--as muitas na nossa vila como as há no resto do país; creio, apesar disto, que haverá sempre lugar para uma ou mais algumas.

Mas protestos, apelos e promessas, têm-nos havido tantos que creio não haver lugar para mais, porque o nosso ambiente anda sobressaturado de tudo isto. Jeremiadas, para quê?

Não é verdade, meu caro amigo, que todos nós – quem mais, quem menos – somos responsáveis pela miséria que, como um polvo, estrangula nos seus tentáculos tantas crianças da nossa vila? Diante de tanta miséria, promessas que não fossem acompanhadas de factos não passariam de uma irrisão.

Hoje, o Homem não se rende à audácia das promessas mas à evidência dos factos. Por isto, resolveu-se trabalhar primeiro, e falar depois. Ora, aí tem meu amigo “porque a menina esteve muda...”

Qual é o objectivo do Centro?

As modalidades da assistência que o CASI pretende prestar à infância desta vila, encontram-se discriminadamente expressas no Art.º 2.º dos seus Estatutos: «O Centro propõe-se sustentar ou promover as secções seguintes: a) – Dispensário infantil e socorro às mães; b) Creche recreatória ou jardins infantis, para crianças dos

3 aos 7 anos; c) Escola de ensino elementar, ou recreatório, e cantina económica para os alunos pobres que frequentam as escolas, oficiais e particulares; d) Casas de trabalho, economia, higiene e aperfeiçoamento doméstico».

Este artigo mostra, embora vagamente, o contorno geral da fisionomia da obra. Trata-se, evidentemente, de um programa completo a que o CASI se propõe. Seria optimismo pueril esperar que o CASI realizasse esse programa, em toda a sua amplitude, nos primeiros anos da sua vida.

O que nos moveu inicialmente e nos levou a trabalhar nesta cruzada de caridade, foi a sorte das crianças pobres dos 7 aos 14 anos. Era a essa infância que se pretendia acudir.

Mas não tardou muito que um grave imperativo se impusesse à nossa boa-vontade e nos levasse a considerar a sério um problema candente da assistência social portuguesa: a mortalidade infantil. Esta reflexão decidiu-nos a alargar mais as vistas e a estender a acção do CASI à primeira infância, pois a mortalidade infantil é mais acentuada na primeira infância.

E – é bom notar-se – ao elaborarmos os Estatutos não perdemos de vista o princípio básico que orienta a moderna assistência social portuguesa, o qual, implicitamente contido no Art.º 14 da Constituição Política da República Portuguesa, vem claramente expresso no Decreto-lei n.º 25936 de 17 de Outubro de 1935, sobre a Organização Nacional Defesa da Família: “Toda a acção do Estado,



das autarquias ou das instituições particulares em or-dem à defesa da família, visará a cooperar com a própria e não a substituí-la”.

A Lei n.º 1998, que estabeleceu as bases do serviço de assistência social, promulgada em 15 do passado mês, confirma esta doutrina, atribuindo ao Estado e às autarquias apenas uma função supletiva.

Estamos de pleno acordo com o conteúdo doutrinário deste princípio que se coaduna perfeitamente com a tradição assistencial portuguesa, diametralmente oposta a um certo “providencialismo estatista”, produto de uma concepção neo-pagã do Estado.

E, V. sabe muito bem, não se

abandona impunemente uma tradição, sobretudo quando ela é boa. Eu, por mim, sou sincero entusiasta desta orientação.

Então, o CASI pretende prestar assistência à infância em todas as fases do seu desenvolvimento?

Como V. ouviu, os Estatutos distinguem três fases do desenvolvimento da infância: crianças com menos de três anos, dos três aos sete e dos sete aos catorze anos.

Muito bom seria que o CASI se habituasse, desde o início do seu funcionamento, a prestar assistência à criança em todas essas três fases. Seria o *non plus ultra* do seu triunfo. Mas eu

não sonho com tal triunfo.

Por isto, de início, o Centro procurará desenvolver a sua acção a favor das crianças com menos de três anos e dos sete aos catorze. Como vê, ficarão excluídas as crianças dos três aos sete anos.

Gostávamos de saber o porquê deste salto por cima da segunda fase no desenvolvimento da criança.

Digo-lho com muito gosto. A razão é esta. A pretensão inicial era, como já disse, acudir às crianças dos sete aos catorze, por esta ser a fase em que a criança se põe diante do problema da educação: começam os descaminhos, os desvios, etc. Ora, o problema da educação está ligado com o problema da alimentação. Não se educam estômagos vazios. Alimentar e educar as crianças pobres dos sete aos catorze anos — eis o que nos moveu a trabalhar nesta obra. Será, também, uma das primeiras realizações do CASI.

Porém, não nos será possível deixar de acudir simultaneamente às crianças na primeira fase do desenvolvimento, visto que o CASI não pode ficar indiferente ao problema da mortalidade infantil, que como disse, é mais acentuada na primeira fase do que nas subsequentes.

É claro que qualquer assistência à infância na primeira fase seria pouco eficiente se ela se não estendesse simultaneamente às mães pobres durante o período de aleitamento.

Está satisfeito com o acolhimento

que o CASI teve até hoje?

Não estou satisfeito porque estou satisfeitíssimo. Nunca supus que Vila Franca e o próprio Estado depositassem tanta confiança nos que trabalham nesta obra. Por hoje, abstenho-me de falar dos amigos e beneméritos desta obra.

É a Comissão que o deve fazer um dia, ou alguém em nome dela. Limito-me apenas a dizer que nós pro-curaremos continuar a merecer essa confiança, sacrificando ao Centro a nossa saúde e, se tanto for necessário, a própria vida. Não há verborreia nisto, pode crê-lo; quem tem muito amor à sua vida não se meta em obras como esta, ou então seja capitalista. Ora a expressão do nosso capital de reservas é o sacrifício e não o escudo.

Conta a V. Rev.º com receitas para a manutenção do Centro?

V. tocou-me agora num ponto nevrálgico.

É aqui que elas começam, não é verdade?

Não, não é bem assim! Não seja pessimista. Se em Vila Franca conseguimos arranjar uma terça parte das receitas necessárias para a manutenção, as restantes duas partes virão algures. A esperança nunca nos abandonou. Enquanto tivermos vida devemos manter bem vivo dentro do nosso peito o fogo sagrado da esperança. A desesperança não é deste mundo.



Lasciate ogni speranza voi ch'entrate — é um verso de desesperança que Dante gravou nas portas do seu Inferno. No mundo não teria guarida esse verso.

Eu espero, confio, porque acredito na bondade do coração humano. O Centro há-de um dia impor-se à simpatia de muita gente caridosa que, para honra desta vila, ainda existe entre nós. Eu também creio que há entre nós espíritos generosos que para se darem só querem compreender.

E aqui termina a entrevista que gentilmente nos quis conceder o ilustre pároco desta vila, o grande admirador e construtor dessa obra magnífica que aí se vai erguendo e impondo ao nossos olhos: o Centro de Assistência Social Infantil de Vila Franca de Xira. Que Deus o acompanhe até ao fim e aos seus colaboradores na sua benemérita cruzada, são os nossos sinceros votos. Nós também o ajudaremos!

Os primeiros anos do CASI

A 8 de Dezembro de 1944 foi inaugurado o Centro de Assistência Social Infantil (CASI), que foi dirigido por Vasco Moniz até 1976. Simultaneamente, abriu nas mesmas instalações um berçário/creche para os filhos das mulheres trabalhadoras.

Vasco Moniz encetou um estilo de trabalho diferente do habitual. Em vez de se dedicar à esmola, como era hábito de muitos benfeitores, educou e formou muitos jovens. Criou oficinas de carpintaria, serralharia, mecânica, sapataria e tipografia, dando aos seus “catraios” uma profissão e possibilitando que ganhassem o seu próprio sustento. Este estilo de trabalho desde cedo lhe trouxe pressões das hierarquias política e religiosa, que nessa época andavam de mãos dadas.



Inauguração do CASI



A festa da inauguração



1944 foi um ano de grandes lutas sociais. Greves operárias e camponesas. Tiveram grande impacto no corredor industrial da margem norte do Tejo até Vila Franca de Xira e às zonas rurais circundantes. Durante as greves de 8 e 9 de Maio, pela exigência de “pão e gêneros”, a repressão sobre os grevistas foi muito grande, tendo sido muitos deles presos. O padre Moniz manteve sempre uma porta aberta para acolher as mulheres e os filhos destes homens privados

A Voz do Catraio

Em 1946 foi fundado o jornal *Voz do Catraio*, inspirado no jornal *O Gaiato* do padre Américo. A sua existência era uma forma de angariar fundos para a instituição, uma vez que as despesas aumentavam à medida que as obras cresciam e o dinheiro dos benfeitores já não cobria os investimentos.

O jornal, de “carácter social” (nas palavras do próprio padre Moniz), saía no segundo Domingo de cada mês e era vendido pelos catraios transformados em ardinas. Percorriam Lisboa, Loures, Samora Correia, Azambuja, Benavente, Santarém, Muge, Carregado, Alenquer e muitas outras localidades, apregoando o seu jornal, que tinha o preço de 1 escudo. Havia meses em que as vendas ultrapassavam em muito os mil exemplares e, no seu primeiro ano de vida, angariou assinaturas anuais no valor de doze mil escudos. Em 1953 tinha já cerca de três mil assinantes.

Inicialmente, a *Voz do Catraio* era impresso numa tipografia da vila – Fernando A. Faria, Lda. – mas, posteriormente, o CASI adquiriu a sua própria tipografia, orientada por Luís Cairrão e, mais tarde, por José Correia.

Este jornal deixou de ser publicado em 1961 devido a pressões da censura.

É de salientar que a leitura e análise dos exemplares do jornal *Voz do Catraio* foram fundamentais para o conhecimento da personalidade, do carácter e do humanismo de Vasco Moniz, presentes neste trabalho.





Novo Mirante

Por Vasco Moniz

Eis-me outra vez na arena. Não é para me despedir do público como muitos podiam suportar. Não é, não. É, mas para iniciar uma nova temporada. Esta, espero que seja mais movimentada, pois trago o aço da dedicação mais temperado do que nunca. O CASI não é um prado onde se deambula poeticamente em horas matinais da primavera, mas uma ladeira áspera, que só se pode transpor com botas de cabreiro, grossas e rijas. Não admira, pois, que eu escorregue e, por vezes caia: o que admira é que haja quem ache divertido deitar cascas de laranjas no caminho que escolhi.

Porém, eu, inteiro ou feito em pedaços, conto atingir o cimo da encosta. *Ad augusta per angusta* – dizem os latinos; *não se apanham trutas a bragas enxutas* – traduzem-no os portugueses. Eu molhei bem molhadinhas as minhas bragas, e estou que nem um pinto. Se hoje me coloco neste novo mirante não é para enxaguar o corpo molhado, mas para berrar mais rijo a todos, amigos e inimigos, vila-franquenses e não vilafranquenses, ribatejanos e não ribatejanos, as ânsias dos pequenos moicanos que, acossados pela fome e desamparo, fincaram pé neste ninho

que dá pelo nome do CASI.

Este jornalzinho pretende ser, única e exclusivamente, uma obra de catraios: feita por eles e para eles. É a vez deles. Os catraios não admitem correspondentes, nem administradores, nem outra empregadagem. Correspondentes, administradores ou empregados são eles, os catraios. São eles que fornecem matéria-prima a este jornal. O meu ofício é modesto: coordenar e plasmar essa matéria. Este jornal, de carácter social, pode ser uma folha de couve, mas nunca será uma folha em que se reimprima o que os outros deixaram escrito em tratados de sociologia ou filantropia, que encham as estantes das nossas bibliotecas.

A redacção deste jornal dispensa bibliotecas e os calhamaços que as encham. O próprio CASI é uma biblioteca muito mais rica do que o «British Museum». Cada catraio, um livro. E eu, nas minhas securas de ideias, não costumo pedir a nenhuma das musas da Mitologia que me inspire. O catraio – sobretudo o que traz uma farta experiência de crápula – é uma musa generosa. Quando nos inspira, as palavras saem-nos em catadupas. Olhar para eles é o mesmo que pôr o

bico da caneta a deslizar sobre o papel.

O nosso *Tino* ensina-me como se vive numa toca do Monte Gordo, onde tu, quando fores à caça, evita de meter o teu furão, para não sentires a suprema vergonha de verificar que o teu tão amimado animal, em vez de levantar um coelho, levantou um irmão teu.

O *Ciganito* dá-me lições magistrais sobre a dureza da vida de quem aos dez anos de idade fica sem pai nem mãe. O *Charrá* pode dissertar sobre a tragédia duma mãe – a sua – com 12 filhos – doze – que choram o pai que Deus tem. Nem os gregos escreveram tragédias assim. E eu assisto a elas todos os dias: sou um *habitué*.

Quando elas não vêm ter comigo, sou eu que vou ter com elas. Dantes fazia isso de bicicleta – o único veículo em que a besta que puxa vai sentada, como lhe chamou Guerra Junqueiro. Mas esse veículo deve ser, hoje, propriedade de algum sucateiro. Presentemente, o único recurso que tenho é o dado pela natureza: as gâmbias. Enquanto elas se mexerem e a minha sensibilidade se não atrofiar à força de ver e ouvir a vida das nossas

enxovias, eu não troco esta vida – de pedinchão, está claro – por coisa nenhuma deste mundo.

Sobre o jornal, escusam os críticos literários de emitir a sua douda opinião. Ele não foi feito para regalo dos *grandes*. É a *Voz do Catraio*. E tanto basta. Eles – os catraios – ligam, ou ligavam, mais importância aos melões da Quinta do Bolhão do que às regras da gramática; sabia-lhes muito melhor uma beata apanhada na rua do que uma frase sonora pronunciada por uma língua culta. O meu vocabulário não pode ser senão o vocabulário dos catraios. Ora os meus catraios, por enquanto, conjugam bem só um verbo: o verbo *ter*, e na primeira pessoa do presente do indicativo *tenho*. Dos substantivos, também conhecem um: *fome*.

Tenho fome – eis a linguagem que os catraios me falam. E eu não tive pachorra para aprender outra melhor...

10/02/46

(Extraído do primeiro número)



O título do nosso jornal

Por Vasco Moniz

Perguntaram-me porque é que eu escolhi o título de a *Voz do Catraio* para o nosso jornal. Porque sim – respondo eu. É um título que não faz mal a ninguém. Não leva água no bico. Nem define uma orientação doutrinária. Lembram-nos apenas aquelas goelas que apregoam jornais ou pedem tostões no Largo Marquês de Pombal desta vila, quando não despejam palavras que não vêm nos dicionários.

De resto, o título do jornal foi muito discutido no meio da rapaziada. Houve alvitres. Alguns muito disparatados. Um teimava em que o nome do jornal fosse *Pinóquio*; um outro, era de parecer que lhe dêssemos o título de *Tiroliro*. Outros ainda propunham títulos mais originais. De maneira que o título do jornal foi discutido pela rapaziada com mais calor do que o nome de S. João Baptista pela sua parentela. Era forçoso que aparecesse um Zacarias para dirimir a questão. E apareceu. *Voz do Catraio* – é o seu nome. Acalmou-se a frente interna.

Mas agora começa a borrasca na frente externa. Gente amiga acha injustificável o título. Apitam para aqui a dizer que não concordam. Levantam questões de filologia e

linguística. Calcula! E eu que não entendo patavina de tão altas cavalarias, nem tive ainda tempo de ler o último acordo ortográfico luso-brasileiro, vejo-me em apuros. Em que trabalhos me meti! Não se trata só de protestos orais; há-os também escritos.

Tenho aqui uma carta de uma admiradora do Centro. Acredito que o seja; creio mesmo que seja assinante do nosso órgão. Mas embirra com o título. A carta revela uma fibra ribatejana das mais rijas. Talvez uma leitora assídua da *Vida Ribatejana*. Não tolera o título nem à vigésima facada, porque – diz – é um termo usado no norte do país. E então oferece-me um mostruário de títulos: *A Voz do Rapaz do Ribatejo*, *A Voz do Centro*, *A Voz do Adro*, *A Voz do Gaiato*, etc. Ena! Quem há que possa ouvir tanta vozearia, minha senhora? Apre! Tanta vozearia, nem na histórica assembleia do Benfica. Mas... vamos lá. O título não é tão feio. O que interessa é que a voz do nosso catraio seja ouvida por todos. Precisamos de muitas assinaturas.

Ninguém se faça mouco. Marque a sua presença. Apoie a nossa cruzada.

14/04/1946



Batata, Grão e Feijão

Por Vasco Moniz

São graves as preocupações que tenho sobre o destino desta obra. A falta de terreno que nos dê batata, grão e feijão é dos pecados que bradam ao céu. Roubámos 200 metros quadrados ao recreio das crianças para plantar couves. A falta de terreno é um colete de forças que oprime os pulmões do Centro. E se esta tirania não mata o CASI é, talvez, porque ele não tem onde cair morto. A penúria é uma garantia da nossa imortalidade. Não temos onde cair mortos.

O ano passado despejámos algumas dezenas de contos em troca de batata, grão e feijão que mais de 80 bocas rilharam. Chegámos a gastar mensalmente 450 escudos em hortaliças. Estamos numa região essencialmente agrícola. Mas durante os 365 dias que o ano de 1945 teve, recebemos apenas 240 quilos de batata e umas escassas dúzias de couves e alguns molhos de nabijas. Os produtos agrícolas, oferecidos, não deram para 20 refeições, isto é, 10 dias. Como explicar esta indiferença da lavoura? O ano agrícola foi uma calamidade. Bem sei. Por isto mesmo, eu não me zango. Não quero remediar o mal passado, mas prevenir uma calamidade iminente.

Confesso com toda a franqueza que o Centro não resistirá ao ano de 1946 se a lavoura nos tratar com a indiferença de 1945. Muito se escreveu na *Vida Ribatejana* a propósito da generosidade da lavoura ribatejana. Muitos e compridos adjectivos, *sesquipedalia verba!* Porém, com muita mágoa, devo confessar que uma grande parte do gado apartado para ser oferecido ao Centro, ainda não chegou. Da festa de Alcamé trouxemos cinco contos da Empresa Nacional de Penteação de Lãs, de Alhandra, e mais outro tanto oferecido por alguns lavradores e muita poeirada nas vendas e nos pulmões. E tínhamos enviado circulares a mais de trezentos lavradores.

Eu não me revolto contra ninguém. Aos que nos deram, eu beijo as mãos para agradecer; aos que nos recusaram, beijos os pés para que reconsiderem a indiferença. Eu sou o responsável por muitas dezenas de filhos de ninguém que a Nação – sim, senhor, a Nação! – me entregou. Ninguém me pôs ao pescoço esta canga. Fui eu que me ofereci espontaneamente a ela. Só a deixarei quando me convencer de que não vale a pena trabalhar a Bem da

Nação. Enquanto não chegar a esse extremo da desilusão estou disposto a suportar tudo. A maior parte deste número foi concebido mentalmente na cama, estendido ao comprido, com papas de linhaça ao peito. Sacrifiquei a esta obra o descanso e a saúde. Se os que podem querem mais alguma prova de dedicação, que me ensinem a maneira de tirar o sangue das veias para com ele escrever estas linhas. Talvez esse suco faça efeito.

Eu podia aliviar a pressão que sufoca esta obra por uma forma muito simples: despedindo muitas crianças. Se eu quisesse tratar estas crianças como me tratam a mim aqueles a quem recorro, eu passaria a viver uma vida cómoda no meio de uma dúzia de crianças e algumas centenas de moscas. Mas assim, o CASI seria mais um paliativo que em vez de aliviar a miséria infantil só encobriria as chagas da sociedade. Seria não uma obra de assistência mas uma realização de turismo. Ora, o Centro não foi feito para inglês ver. Foi para servir a criança portuguesa.

Não me pesa a consciência de ter negado amparo a qualquer criança verdadeiramente necessitada. Casos urgentes, não os podemos repelir.

Há coisa de meia hora estive aqui, no escritório, o ceguinho do Alto do Borrecho. Quem há que não o conheça? Veio ele guiado por uma sua filha de oito anos de idade participar-me que lhe nasceu mais um filho. É o sexto. Tem cá dois filhos: um de sete anos e outro de 15 meses. Na vida de

troglodita que ele leva, como pode ele acudir a mais este rebento? – “Não peço que deixe na creche este meu filho. Para esmola, já bastam os dois que cá estão; mas vinha pedir farinha para este”.

Farinha quer dizer nestogeno... São quatro quilos de nestogeno por mês, ou melhor mais de 120 escudos.

Querias que eu alegasse o rotineiro *não temos verba?* Ou então o malcriado e sarcástico *eu não tenho a culpa dos filhos que você tem?* Ou que eu recomendasse ao Ceguinho «as orientações novas e desempoeiradas» do neo-maltusianismo e «as inovações revolucionárias» das clínicas de Exeter, que um conhecido neurologista português pregou recentemente na Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa? Não! Eu não sou nenhum biologista para ver numa criança apenas *um bébé tubo de ensaio*.

Tenho tanto respeito pela cegueira do Ceguinho e mais ainda pela criança que vem ao mundo, tanta veneração, que não olho para as possibilidades desta casa, mas unicamente para as necessidades dos estropiados. O Ceguinho, rebocado até mim pela sua filhinha, era nada mais nada menos do que um juiz a arguir um réu. Ele, o juiz; eu, o réu. Mas eu não era o único réu que o Ceguinho vinha arguir. Réus, somos nós todos que temos mais de quatro camisas para o corpo e três refeições para o estômago. Pois eu respondi por mim e por ti e tomei o compromisso de fornecer ao filho do Ceguinho o que a sociedade lhe devia.

Eu não deito cálculos à vida. Tomo compromissos, resolvo situações angustiantes, e venho a este mirante para te dizer que esta casa precisa de muita batata, muito grão e muito feijão.

Ou mais concretamente:

precisamos de 5000 quilos de batata, 2500 litros de feijão e 2000 litros de grão para o ano que começou.

Se tu não me mandares a contribuição que a tua consciência te impõe eu farei uma *tourné* pelas eiras

cas de roupa...
Lisboa. Mais nada.

**Oficina de
Carpintaria Mecânica**

Trabalhos de Construção Civil

Caixilhos, Portas, etc.

Mobiliários nas melhores madeiras
nacionais e estrangeiras

Cadeiras para aluguer

Telefone 122 — Villa Franca de Xira

quando.
bido de
Fica poi
sa Caia
Ma
a Caix
não se
que «E
trada.
E
tar a
I
ça a

"Académicos"

ten
sem
aca-

Es-
todas
nação

a nos-
nando,
ademi-
rio do
eis pro-
ministra-
azes.
rapazes
vez em
tem sa-
de tudo.

ses saque-

**A Metalúrgica
do C. A. J. L.**

Trabalhos de Construção Civil

Soldaduras eléctricas e a autogénio

Construções e reparações de peças
para máquinas agrícolas
e industriais

Execução de mobílias em tubos de
aço pintado ou cromado



Uma inspecção

Por Vasco Moniz

Estive nesta casa, em missão oficial, um ilustre Inspector da Assistência. Confesso que gosto muito de visitas assim. Não há nada como ver e crer. O Sr. Inspector viu e, por isto, creu. Mas não ouviu muitas coisas que eu teria dito a S. Ex.^a se eu estivesse presente. Porém, eu andava pelos montes a enterrar os mortos.

Não tenho jeito para pintor mas gosto que nos façam justiça. E quando ela é feita por quem tem faca e queijo na mão, dá alento e cria esperança. Pois o Sr. Inspector gabou muito a obra dizendo que era a melhor coisa que havia visto na zona da sua jurisdição. Registamos isto com certo desvanecimento, visto que os inspectores não costumam ser chafarizes de retórica. Verboosidade e lisonja não é lícito esperar de quem vem com a espinhosa missão de inspecionar.

Se o Sr. Inspector falou à moda de amigo, é porque ouviu a voz destas paredes mostrando a quem as contempla o muito sangue que entrou na composição do seu estuque. Talvez não ficasse com esta ideia, se se limitasse a ler um ofício em que relatássemos a nossa vida. *Ver e crer* – foi e será sempre a política mais sensata

deste mundo.

“Setenta crianças!” – exclamou o Sr. Inspector, segundo me disseram, ao ver a pardalada desta casa. Não são setenta, Sr. Inspector. Setenta, são as que V. Ex.^a viu. Há mais crianças que esta casa alimenta.

Aquelas que devem a esta casa o seu pão de cada dia, perfazem dez dezenas. Algumas comem e bebem em casa o que daqui levam. Esta *Arca de Noé* não pode comportar uma parte da fauna que está em perigo de perecer no dilúvio da miséria.

“Como alimentam tanta gente?” – teria perguntado S. Ex.^a, embora em outras palavras. No ano de 1945 gastámos uma média de 18 contos por mês: hoje gastamos uma média de 20. Temos 12 contos de receita fixa. E o resto? O resto... Aqui é que sou forçado a fazer literatura repetindo uma parte do primeiro verso do monólogo de Hamlet: *that is the question!*

Com o pessoal assistente gastamos 15 por cento. Os estatutos desta casa dispõem que os gastos com o pessoal não sejam superiores a 30 por cento. Não queremos dar lições a ninguém, gostamos de aproveitar as lições que nos dão. Mas quem há que nos possa

dar lições neste particular? Se há por aí alguém, vou já à procura dele com uma lanterna de Diógenes na mão, visto que não será muito fácil descortiná-lo.

A escrita desta casa, com todas as suas secções, é uma tarefa que faz do cérebro uma pira. Quem a faz, é o Sr. ... Mas não digo o nome, porque não quero pôr o seu retrato no CASI. Seria profanar a obra de quem quase todas as noites faz serões que se prolongam até à uma hora. E em paga deste serviço não leva nem sequer uma alface da

nossa horta.

Isto não é novidade nenhuma para o Sr. Inspector, que já conhece os cantos desta casa. Sê-lo-á, talvez, para muita gente que ainda nos não inspeccionou. E que há muito quem não tendo autoridade para inspecções, julgue tê-la para especulações.

Ora, aí está porque eu gosto de ver inspectores nesta obra. Quanto mais rígidos e austeros, melhor.

12/05/1946





Meditando sobre uma planta

Por Vasco Moniz

Tenho aqui, na mesa de trabalho, a planta do segundo andar, da autoria do menino (ou senhor) Raúl Casquinha, isto é o que tenho na mesa de trabalho, debaixo dos olhos. Em cima da minha cabeça, no telhado, tenho uma data de pedreiros e serventes sob o comando do Sr. Carlos Doninha. No terreiro, camionetas e carroças descarregam diversos materiais. Ao pé do portão, uma bicha de pedreiros e serventes coçam a cabeça e murmuram palavras de justa revolta contra a paralisação, em Vila Franca, da construção civil, que os força a andar à boa vida.

É este o panorama que eu desfruto de há duas semanas. Se deito as mãos nas algibeiras, conto pelos dedos os contos de réis que elas têm. Não te digo por enquanto a quanto remonta o orçamento das obras. Se és meu credor, afligias-te: aí que este pobre padre está doido! Mal empregado o bacalhau que lhe forneci, nunca mais o vejo! Pode ser que algum credor, por caridade para comigo, viesse ao Jardim do Adro embargar as obras começadas. Se não és credor, preparavas-te calmamente para assistir aos funerais do CASI: não, não, desta vez ele não resiste, o suicídio está à vista. Coitado! Se és

meu inimigo – sim, sempre devo ter alguns – aí que gozo, que sensação de alívio tu experimentavas!

Ora, eu não quero ser gozado nem chorado pelos leitores desta gazeta, mas sim ajudado por todos.

Eu, antes de dar início a estas obras, não quis reunir, no Salão Nobre do Centro, o Clero, Nobreza e o Povo de Vila Franca, nem tive tempo de promover assembleias para ouvir opiniões. A chuva ameaça. O Verão está a meter a viola no saco. O Inverno vai afinando a sua. Nossas assembleias costumam durar muito. Eu receei seriamente que qualquer reunião promovida no Verão em que estamos, se prolongasse até ao Inverno em que breve estaremos – o que tornaria absolutamente impossível a construção, este ano, do segundo andar. Foi só por isto que não convoquei assembleias.

Sim, sim, tudo isto é verdade: mas as coroas para o segundo andar?! perguntarás tu. Calma e cabeça fresca – é o que se quer. Pode ser que eu ainda escape desta vez – te respondo eu.

Cada qual tem os mestres. Tu tens os teus; eu, os meus. De uma vez, Dom Bosco (“Dom” quer dizer padre, em italiano) comprou uma casa para os

seus rapazes. Preço do prédio: trinta mil libras. Prazo de pagamento: 15 dias. Multa se não cumprisse as condições do contrato: cinquenta mil libras. Nas algibeiras de Dom Bosco: nada, senão, talvez, um cartucho de rebuçados que ele costumava dar aos seus rapazes. A mãe de Dom Bosco gemia: e porque tu não tens juízo e porque tu não te devias meter nisso, e porque tu és pobre, e porque assim, assado, frito e cozido.

– Dize-me, minha mãe, se tu tivesses dinheiro., não mo davas? perguntou Dom Bosco para acalmar a pobre velha.

– De muita boa vontade, filho.

– Então, porque supor que Deus, que é nosso Pai e mais rico do que tu, seja menos generoso do que tu?

O dinheiro entrou a rodo. E esse “padrezinho” da humilde freguesia de Castelnuevo d’Asti fez pelos rapazes da rua o que ainda não fizeram todos os Códigos da Infância juntos.

Não haja dúvida, Deus era mais rico do que a mãe de Dom Bosco, e ainda não consta que o seu banco tenha falido. Falidos estamos nós que não queremos crédito no Banco da Providência e mendigamo-lo ao Banco de Portugal ou Ultramarino.

Eu leio por esta cartilha. Vejo chagas na cara de irmãos. Vejo que lhes posso ser útil. Tenho as duas mãos sãs, os dois pés sãos, a cabeça por enquanto não regula mal, a saúde não é das piores. Tenho tudo isso. Não tenho é dinheiro. Mas acho que isso não é razão para eu ficar quieto e criar banhas...

O segundo andar impunha-se. As

duas divisões não foram construídas para camaratas mas sim para oficinas. A bem dizer, o internato não fora previsto. Pretendia-se vestir, calçar, alimentar e educar os catraios. Mas eles revelaram coisas espantosas. Eu durmo num caixote do lixo, tu dormes na Estação, ele dorme no *ball* da cadeia. Mais ainda: durante o dia comiam, trabalhavam, vestiam-se. À noite, dormiam onde calhava. No dia seguinte, a roupa trazia parasitas. Queres que fale mais claro? Traziam bichos no corpo e na roupa. Queres ainda mais claro? Toma: traziam piolhos. Sim, senhor, traziam piolhos que senhores e senhoras tinham que catar. Eu mesmo fiz esse serviço de despiolhamento muitas vezes. Mas o pior é que todas as vezes que catava piolhos, perdia a vontade de almoçar. Não, não pode ser. Isto é horrível, insuportável! – berrei um dia.

Nada de oficinas. Camaratas é que a gente precisa. O Sr. Carlos Doninha fez os catres (mais tarde substituídos por camas da fábrica Portugal). As duas divisões estavam transformadas em camaratas. Os catraios tinham cama e mesa e roupa lavada. Ao princípio eram vinte – e estava muito bem; depois eram trinta – e não estava muito mal. Passaram-se meses e éramos quarenta. Mau, mau, mau. E hoje somos cinquenta e seis. Péssimo. Horrível.

Oram aí está a razão por que em cima da minha cabeça, no telhado, anda uma data de pedreiros e serventes.

Há ainda muitas outras razões. Não as posso revelar todas. Se as quiseres

ouvir, vem cá e senta-te a meu lado. Mas previno-te: traz dois lenços de assoar. Terás que ouvir histórias trágicas. *Morir si pura e bela* – é o canto de cisne de um protagonista de urna das mais famosas óperas de Verdi. Isto

é o que se ouve nos palcos do Coliseu e São Carlos. Ao lado de tua casa, muitas crianças morrem assim: *si pure e belle*. Vem, vem ouvir uma dessas tragédias. Não gastas nada com o bilhete, mas molhas pelo menos dois lenços...





A inauguração do nosso ginásio

Por Vasco Moniz

As obras do Ginásio continuam com todo o ardor. Atingiu-se o ponto culminante. Aquilo parece uma verdadeira colmeia trabalhadora, Queremos inaugurá-lo em 8 de Dezembro. Esperamos, com a ajuda de Deus, festejar o 6.º Aniversário do CASI no Ginásio, embora isso pese a certo derrotismo imbecil. Constou-me que andava por aí uma ave agourenta a cuspir profecias sobre a obra em construção. Aquilo nem em Março estará concluído! – piava a ave. Um pé de vento atira com aquilo ao chão! – arengava a mesma.

Claro, não sou nenhum tolo para crer que todos desejam que o Ginásio seja uma realidade. É muito natural que haja quem tenha interesse em que a sua inauguração seja adiada *sine die*. Eu não tenho tempo para responder a esses Bandarras que já criaram para si a fama de *sputa-sentenze*, isto é, cospe sentenças, quixotesicamente ridículos.

Não é desses Bandarras que Vila Franca precisa. O CASI serve Vila Franca e o País todo. As suas realizações não podem ser ofuscadas nem embaciadas por arengas de quantos vencidos da vida por aí andam.

O CASI tem o defeito – que

eu considero uma virtude – de não convocar o clero, a nobreza e o povo, quando pretende realizar uma iniciativa de vulto. É tal o horror que eu tenho a essas assembleias que, quando me falam em comissões, fico com uma impertinente comichão em todo o corpo – já o disse eu muitas vezes. E tanto mais impertinente é essa comichão quanto mais vistosas, barulhentas e aparatosas são as comissões.

O Ginásio foi concebido silenciosamente. E silencioso deve ser também o seu nascimento. Não houve reuniões, não houve assembleias, não houve comissões. Consequentemente, não tive a mais pequena comichão. Esta parece que atacou furiosamente a tal ou as tais aves agourentas. Que pena! E não poder eu aliviar-lhes o tormento dessa comichão...

É realmente digno de dó uma pessoa que se julga diminuída unicamente porque os outros sobem. É verdadeiramente triste a sua vida. O Ginásio pretende servir Vila Franca e o País. Não pretende ofuscar ninguém. O vilafranquismo dum vilafranquense que arenga contra uma obra como o Ginásio, não é vilafranquismo mas egoísmo. Se há pessoas que se

sentem ofuscadas com as realizações do CASI eu devo dizer-lhes que se preparem para muitas amarguras, porque o CASI ainda não realizou a décima milionésima parte do quarto das suas aspirações. O CASI é um viveiro de gente com sangue ardente nas veias embora com pouco dinheiro nas algibeiras. Nós não conhecemos a lei do repouso. Professamos que só os mortos é que têm direito ao repouso. Nós continuaremos a trabalhar ao serviço de Vila Franca. Os verdadeiros vila-franquenses sei eu quem são. Eles pensam e escrevem assim:

“Reverendo Padre Moniz – Recebi o vosso cartão que muito me sensibilizou.

Não me tem sido possível ser mais generoso com o CASI; a minha bolsa não é muito abonada e tenho que socorrer várias pessoas necessitadas que eu conheço desde muito criança.

O CASI está instalado na minha terra, protege, educa e alimenta patrícios meus, criancinhas que viviam na miséria e que têm agora o carinho maternal de...; como me poderia ser indiferente tão grande obra de caridade cristã, digna de respeito e auxílio não só dos vilafranquenses como até de todos os portugueses de boa vontade?

Deus lhe conserve por longos anos a sua preciosa saúde para que possa continuar a fazer tanto bem a tantos necessitados, tornando-os úteis e felizes.

No meu tempo e na minha terra não me lembro de obra mais portentosa do que a de... etc.”

É o Exm.º Sr. Tomás Miguel Franco quem assina esta carta. As tradições duma vila ou freguesia são representadas por uma escassa dúzia de apelidos. Tenho para mim que o apelido Franco está nessas condições.

Nunca pedi a ninguém palavras de elogio para as realizações do CASI. Mas mentiria aos leitores da *Voz do Catraio* se dissesse que sou indiferente ao que dizem do Centro. É certo que estou suficientemente escudado contra as arengas desses *sputa-sentenze* que pedem aos ventos que atirem com o Ginásio ao chão. Mas também é certo que uma palavra de compreensão estimula. E os operários da vinha como o CASI, que, contra todos os contratos colectivos de trabalho, labutam das sete da manhã às duas da noite, precisam muito desse estímulo. Não pedimos elogios mas compreensão. O Exm.º Sr. Tomás Franco transformou, sem eu saber, a sua “Electrigia” Rua de Santa Justa, 87, Lisboa, numa espécie de “Casa da Sorte” ao serviço do sorteio promovido pelo Centro. Foram os ardinas que me trouxeram a notícia. Enviei-lhe um cartão a agradecer a dedicação. A carta que transcrevo foi a resposta ao meu cartão. Tenho aqui pastas cheias de cartas laudatórias vindas de todos os pontos do País. Não as leio muito, porque tenho medo do narcisismo. Mas os pios de certa ave agourenta tornaram oportuna a transcrição do Sr. Tomás Franco.

Felizmente, o derrotismo a que acima me refiro não encontra ambiente. Trata-se de pios duma *avis rara*. De

resto, se o CASI está convencido da utilidade da iniciativa, há-de realizá-la mesmo que contra ela se levante um bando dessas aves. Assim Deus nos

ajude com a Sua graça e os amigos com o seu dinheiro.

Setembro-Outubro 1950

res co-
ma rea-
os novos
ifica, nu-
vimento.
monta-
sitos ne-
pazes se
apelentes,
nela tra-
or ensinar
e crescen-
pilos pro-
i-los.
ren não se
ssário que
a sua qua-
a profissio-

histórica enciclica
rum":

A justiça social exige que os operários possam assegurar a sua própria subsistência e a da sua família, por um salário proporcionado; que estejam em condições de amedidar um modesto pecúlio, a fim de remediar assim o pauperismo geral, que é uma verdadeira calamidade.

A doutrina, aliás, é muito antiga e está bastante difundida. E é em razão desta verdade que aumentam a responsabilidade moral dos que arbitram salários injustos.

Higgo, 1100—Padre-Manuel
Santos, 50/600—Padre-Manuel

Vila Franca de Xira

30500—Luís Rodrigues Simões; 40500 —
— Henrique Terenas Valente; 20500 —
Jolia Afonso Seixal, António de Sousa,
Maria do Rosário Vieira, Joaquim Luís
Casquinha; 15500 — Olimpia da Costa
Nascimento; 12500 — Joaquim Luís Percei-
ra; Maria Madalena Mendes.

Porto

30500—António Mário R. da Costa
Eug. Alberto Soares R. da Costa; 20500—
Maria Luísa Moreira de Sousa.

GRÁFICA DO CASI

TIPOGRAFIA
ENCADERNAÇÃO
DESENHO
GRAVURA
TRICROMIA
RELÉVO

TRABALHOS SIMPLES E DE LUXO
(ORÇAMENTOS GRÁTIS)

ARTIGOS DE ESCRITÓRIO E ESCOLARES

CENTRO DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL INFANTIL

RUA DO ADRO • TELEFONE 122
VILA FRANCA DE XIRA

PROBLEMA

atenuação da luz: 4)

nde a nobreza
coragem, tra-
16 horas por
rôpios domín-
o orçamento
dispensar, ain-
alher, que traba-
lha. fica ao



“Metalúrgica”

A nossa nova oficina-escola

Por Vasco Moniz

Resolvi ampliar a nossa actividade industrial com mais uma oficina-escola. É a nossa “metalúrgica”. Já tem o equipamento industrial indispensável: um aparelho de solda a oxigénio e um posto de solda eléctrica. Este foi fornecido pela Sociedade de Gases e Produtos Químicos (Sogás). É um *Griesheim* maravilhoso. De fabrico alemão. Solda uma barra enquanto o diabo esfrega o olho, como diz o outro. Tró-tró-tró – e temos logo duas barras unidas em laços indissolúveis.

Temos ainda uma guilhotina, também de fabrico alemão, que corta o ferro com mais rapidez que a minha faca o queijo cabreiro fresco. Vem depois um torno eléctrico que dá para torneiar muita coisa mas não dá para tudo. Por último, uma data de tornos de bancada que, dispostos numa colossal mesa, forte e feia, transformam-na numa espécie de porta-aviões com artilharia anti-aérea pronta a fazer fogo.

À bancada, uma data de catraios cortam e limam e vergam e martelam, sob a proficiente direcção de dois chefes competentes. Aquilo nem parece oficina. Parece antes um estúdio de uma Orquestra Sinfónica que me deleita de tal forma que não sinto a

necessidade de ir ao “São Carlos” ouvir o Parsifal...

Fabrica-se tudo: grades, portas e portões, armação para as montras, trabalhos em ferro forjado, móveis de aço cromado: cadeiras, mesas, tabuleiros de chá, bengaleiros, carrinhos de bebé e, se no-los encomendarem, até carrões para as mamãs.

Esta nova oficina-escola é, para mim, uma espécie de “Seleccionadora de Langões”. Já lá vai longe o tempo em que uma boa dúzia de catraios passava a vida no *dolce far niente* pretextando que não queriam ser carpinteiros, nem pintores, nem estucadores, nem electricistas, nem pedreiros, nem nada do que cá tínhamos. Serralheiro, serralheiro é que eu queria ser! – justificavam todos a sua condição de cepas tortas.

Bem sabia que a serralharia era o sonho de muitos. Mas não ignorava que a serralharia era, para não poucos, um instrumento para furar a malha do preceito bíblico: comerás o pão no suor do teu rosto. Estes pensavam que o seu rosto não podia suar senão numa serralharia e que, enquanto os não metesse a serralheiros, tinham o direito de me fazer suar dos pés à cabeça.



Pedi a algumas serralharias trabalho para os meus rapazes. Nunca consegui nada. Não podia dar uma solução tirânica ao problema da vocação profissional que se punha nesta casa. Àqueles que verdadeiramente sonhavam com a serralharia era forçoso dar-lhes ambiente próprio; àqueles que não gostavam de aquecer o seu rosto, era preciso provar que não tinham o direito de aquecer o estômago. Foi exactamente isso o que fiz.

Agora, alguns olham para aqueles tornos e outros engenhos como para instrumentos da sua libertação. Mas — Deus me perdoe se me engano — não falta quem olhe para os tornos como um condenado olha para as carabinas do pelotão executor da sentença. Eis porque chamo a essa oficina-escola a nossa “Seleccionadora de Langões”.

Agora não há forma de furar decentemente o preceito bíblico do trabalho. O suor, tem que correr, em bica: a forja aquece, a *Griesheim* irradia

luz e calor que nem a estrela Sirius, os tornos de bancada não irradiam luz mas aquecem os braços e os miolos que é um regalo.

Então, que tal achas a serralharia? — perguntei outro dia a um desses matreiros. O marau olha muito desconfiado para mim e responde: assim, assim; vamos indo, vamos indo. Certos marotos que ainda não foram convidados a trabalhar na nova oficina-escola, já não falam mais em serralharias e vão-se adaptando a ofícios em que até aqui eram conhecidos como “cerreiros”: Alto! Que o carvão de *Cardiff* da forja e os eléctrodos da *Griesheim* fazem suar a gente por todos os poros! O melhor é não deixarmos o nosso ofício que, vamos lá, é mais fresco e não puxa tanto pelo peito.

Vou seleccionar os “alérgicos” a todo o género de trabalhos. Abençoada “Seleccionadora de Langões”!

Fevereiro — 1956







Há que mudar

Por Vasco Moniz

Não gosto de me citar a mim próprio. Mas hoje tenho que o fazer. Desde que o Sr. Dr. Braga dos Reis nos visitou, já lá vão quase dois anos, está aberto o problema da transferência da sede do CASI. Nessa altura foi escrito nesta gazeta:

«De há muito que estabeleci uma espécie de “circuito turístico” para as visitas que nos aparecem. Mostro-lhes as oficinas, o “Flora”, o Bairro do CASI, e despacho-as em grande velocidade, sem lhes mostrar o nosso “bairro da lata” que é a nossa sede, isto é, a casa--mãe ou o edifício-pai ou o edifício-avó.

De resto, mostrar, para quê? Para me dizerem: “ai como está tudo partido e escangalhado? O Governo não ajuda o Padre Moniz?”

Eis porque não lhes mostro os “podres da casa”. Mostro-lhes o “Flora” (que é o nosso Estoril) mostro-lhes o Bairro do CASI (a nossa Sintra), mostro-lhes as oficinas (a nossa Siderurgia Nacional). É a clássica técnica dos ciclerones dos nossos dias.

Mais adiante acrescentava: “Nós não podemos continuar nesta casa. Há que transferir a parte habitacional”. O Sr. Dr. Braga dos Reis viu por dentro e

por fora o nosso *habitat*. E sentenciou: “não vale a pena fazer obras na sede que poderá servir para ampliação das oficinas!”

Eu justifico. Os rapazes dispõem dum terreno que não mede mais de 200 metros quadrados – resultando daí que é inútil lavar a cara ao prédio. Assim, cada rapaz dispõe de pouco mais de um metro quadrado para os seus recreios. “Ponho-os a cantar a ‘Ti Anica de Loulé’ nos recreios? Eles são rapazes. Não têm capilé nas veias. Trazem sangue ardente. Cada pontapé que pregam na bola representa um vidro partido, uma parede manchada, etc. Isto por fora.

Por dentro, passa-se pior. São tantas as reparações executadas que os interiores da casa parecem-se muito com os calções do nosso Pisco: tantos remendos e fundilhos levaram, tantos, que do pano inicial com que foram confeccionados, não conservam um decímetro quadrado...

Ora, eu penso em tudo isto e sei qual o remédio. “Penso logo existo”, dizia Descartes. Penso logo fujo, digo eu, como o Zé Fernandes de *A Cidade e as Serras*. Sim, fujo daqui.

Mas ainda não fugi. E já lá vão perto

de dois anos sobre a prosa. A questão da transferência da sede volta com toda a sua acuidade. Se não tivesse mais que fazer do que enganar as nossas visitas fazendo-as percorrer o nosso “circuito turístico”, eu não queria outra vida. É que o nosso “Flora”, o nosso Bairro e as nossas oficinas constituem um palmarés de razoáveis proporções. Mas eu não vivo para as visitas. Vivo para os rapazes que me confiam.

Se as visitas gabam o “circuito turístico” que lhes mostro, eu gostaria que elas gabassem também a sede que eu calo. Mas, ao contrário do que acontece na feira dos melões, onde o calado é sempre o melhor, aqui o calado é... intragável.

Queremos, pois, sair daqui. A melhor coisa que o CASI realizou nestes anos não foi o “circuito turístico” que enobrece o nosso palmarés, mas sim um decálogo de ideias sobre a promoção humana da criança desamparada, que eu guardo no espírito, como em relicário.

Um dos artigos desse decálogo é este: casarões como este podem servir para quartéis mas não para formar

homens. Há que construir quatro ou cinco pavilhões simples e airosos. Cada pavilhão não tenha capacidade para mais de 25-30 camas. Esses pavilhões sejam ocupados por rapazes de idade mais ou menos homogênea. Haja terreno devoluto suficiente para desportos indispensáveis e uma grande horta. Há que criar um batalhão de porcos, e galinhas, e coelhos, e patos, e perus e... um burro. Sim, senhor, um valente burro, porque a *Joana* que conta quase tantos anos quantos o CASI, é capaz de recorrer à “Protectora” por eu não tratar ainda da sua reforma. Para isto são precisos dois hectares de terreno. E isto só é possível na Lezíria. A Lezíria é a nossa “Terra de Promissão”.

Penso no futuro. Acredito na vida. Não tenho medo da bomba de 50 megatoneladas do Sr. “K”. O mundo não acabou. Acabaram as estátuas de Estaline. Nós queremos viver. Espero conseguir aquilo de que o CASI precisa e, sobretudo, que não caia para o chão o “cesto de ovos” que traz em cima da cabeça este Mofino Mendes...

Metalúrgica
do C. A. S. L.

Trabalhos de Construção Civil

Soldaduras eléctricas e a autogénia
construções e reparações de peças
para máquinas agrícolas
e industriais

Execução de mobílias em tubos de
aço pintado ou cromado

É um grave problema a sociedade, em vez de recuperar estes incapacitados, repudia-os, por os considerar inúteis e improdutivos. Alguns — bem poucos —, espíritos mais fortes e inteligentes, conseguem, por si, descobrir e valorizar as qualidades que possuem. E vencem. Mas, e os outros? Que meios de recuperação lhes oferece a sociedade? Quem os protege? Que pessoas se preocupam com o aproveitamento das qualidades novas que cada doente adquire no longo período de internamento — vontade, capacidade de sustento, ansia de valorização, etc.

Quanto valores se não perdem?
... E pensei que é difícil por vezes entender a linguagem de Deus. Difícil, sobretudo, quando os homens não tentam compreendê-la.

M. G.

QUARTOS COM CASAS DE
BANHO PRIVATIVAS, ÁGUA
CORRENTE E TELEFONE

SERVEM-SE BANQUETES DE
CASAMENTO E BAPTIZADO
(até 150 pessoas).

Residência-Restaurante "Aera"
Situada em uma das ruas de Vila Franca de Xira



Rua Palha Branco, 77 - A (Estrada Nacional Lisbon-Porto)
TELEFONE 327
VILA FRANCA DE XIRA

Condoído e principalm alguns, proci e meio, o Sr. a quem expur dos municipi Sr. President que sim, que que não tard

Um dia d funeral. Chu assorda. To se equilibra uma obra de braços em uma pista de patinagem panhia de Ao menor os atletas do artista.

Graças a dos nosso: caiu. Se nã do que e tudo: o p to, as viv rebolar f rua Vasce te, confe com o cr

Por iss nossos i que dê que, des agradece

DONA

Por f co as pelo N. ximo r um Sl conheç



Um catraio junto ao burro do CASI – Cortejo de oferendas – 1960

O Ginásio do CASI

A 8 de Dezembro de 1950, e após oito meses de trabalho, foi inaugurado o Ginásio do CASI, um pavilhão gimnodesportivo polivalente (o terceiro coberto do país), que veio possibilitar aos catraios e a outros jovens de Vila Franca de Xira a prática do desporto, o gosto pelo teatro, bem como por outras actividades.

Este ginásio foi baptizado de *Ginásio Ferreira Delgado*, em homenagem ao homem que ajudara a instituição nos primeiros projectos. Ali se acolheram inúmeras actividades desportivas como o hóquei em patins, basquetebol, voleibol, andebol e futebol de sete. Ali se realizaram encontros desportivos

concelhios, regionais e até nacionais.

O espaço, projectado por Raúl Casquinha, servia também para teatro, revista, concertos musicais, óperas e palestras. Posteriormente, foi transformado em escritórios, oficinas de serralharia e carpintaria, onde os jovens eram formados.

A 25 de Fevereiro de 1951 foi oficialmente inaugurado no Ginásio o rink de patinagem, com um festival de hóquei e patinagem artística, organizado pelo *Clube Foot-Ball Benfica*, com a colaboração da Federação Portuguesa de Patinagem do Sul, sob o patrocínio do jornal *O Mundo Desportivo*.



Na construção do Ginásio do CASI foram utilizadas mais de sete toneladas de ferro.



O associativismo sempre teve um grande peso em Vila Franca de Xira, mas não era visto com bons olhos pelo Estado Novo. Havia intolerância de natureza política e era difícil a fundação de novas colectividades.

Vasco Moniz sabia da importância do associativismo na comunidade e o seu papel na formação cívica da população. Com a sua ajuda, foi fundado o Clube de Amadores de Pesca de Vila Franca de Xira, em 1963, do qual foi o sócio n.º 1. Mais tarde, em homenagem à sua memória,

foi distinguido como primeiro Sócio Honorário. Já anteriormente, a sua acção tinha criado as condições necessárias para a fundação do Óquei Clube de Vila Franca, em 1951, ao permitir que o Ginásio do CASI fosse cedido para a prática desta modalidade desportiva.

Em 1953 anunciou-se a construção de um novo e mais espaçoso rink de patinagem para fazer face às necessidades do clube, que nessa altura estava na primeira divisão.



Economia Social

Vasco Moniz tinha consciência de que apenas a independência económica lhe possibilitaria resolver muitos dos problemas da sua instituição, pelo que, ano após ano, foi consolidando um património cujo lucro da exploração lhe garantia a estabilidade económica e o prosseguimento da sua obra.

O CASI foi construído em terrenos cedidos pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Posteriormente, a Câmara fez uma nova cedência de terrenos para a ampliação das instalações e a construção do ginásio.

O CASI beneficiava da exploração de uma quinta emprestada pela família Palha, situada em Povos – Quinta do Caipira.

A exploração era feita pelos jovens do Centro e nela se produziam legumes, fruta, azeitona e cereais, para além da criação de ovelhas, porcos, galinhas e coelhos, que serviam para alimentar a população da instituição.

Com o crescimento das oficinas, o trabalho da quinta foi sendo deixado para trás. Mais tarde, os terrenos da quinta foram adquiridos pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, instalando-se aí a Piscina Municipal.

As oficinas eram, talvez, a actividade mais importante do CASI. Por um lado, nela se empregavam os catraios que, a par de ganharem um salário, aprendiam uma profissão que lhes seria muito útil no futuro. Por outro



O CASI beneficiava da exploração de uma quinta

lado, os trabalhos aí executados eram um apoio financeiro do qual o Centro não podia prescindir. Existiam oficinas de alfaiataria e sapataria, carpintaria e serralção mecânicas, serralharia civil e tipografia. Um exemplo prático desse trabalho era o aluguer de cadeiras executadas nas oficinas do Centro.

O CASI era também proprietário da Pensão-Restaurante *Flora*, que entrou

em funcionamento em Janeiro de 1957, tendo o edifício sido construído pelo próprio Centro.

O Bairro do CASI foi outra das iniciativas que Vasco Moniz tomou a seu cargo, bem como os primeiros prédios do Bairro do Bom Sucesso, representando um importante investimento financeiro para a instituição.



OFICINAS-ESCOLAS

II CARPINTARIA
MANUAL
CARPINTARIA
E SERRAÇÃO
MECÂNICAS

Trabalhos de Construção Civil:
Cajalhos, portas, etc.

MOBÉLIAS:
de quarto, casa de banho, cozinha, etc., em MOGNO, BISSOLON, CASTANHO, IMBÁ, Etc.

III SERRALHARIA CIVIL

Construção Civil:
colunas, grades, marquises, etc.

MOBÉLIAS:
em aço pintado ou envernizado, ferro forjado para Cafés, Restaurantes, Bares e Esplanadas, todos executados com perfeição e robustez.

IV Pensão-Restaurante
"FLORA"

rua Palma Branco 71
(Estrada Nacional)
(Lídice - Porto)

Em edifício especialmente construído para este Centro. Quartos esplendidos com água corrente.

Serviço com a máxima seriedade

Em funcionamento a partir de 1 de Janeiro de 1957.

Centro de Assistência Social Infantil
S. L.
VILA FRANCA DE XIRA
(C. A. S. L.)
TELEFONE 123

Vila Franca de Xira, 12 JAN 1959

Ex.ª (4) Sr. (4) _____

As múltiplas actividades sociais em que esta Obra anda empenhada, convidam-me a empregar todas as forças, as mais eficazes, para que a sua sobrevivência final não fique frustrada.

A bem dizer, o plano das suas actividades não admite ponto final, não enquanto a Obra existir há que garantir aos rapazes o trabalho. De outra forma, a Obra não seria digna de si própria. Seria não uma Obra de regeneração social mas apenas Obra de recolha.

Espero, por isso, que V. Ex.ª compreenda a finalidade de mais um serviço, que este Centro vai organizar. Consequentemente, é mais um sacrifício que solicito.

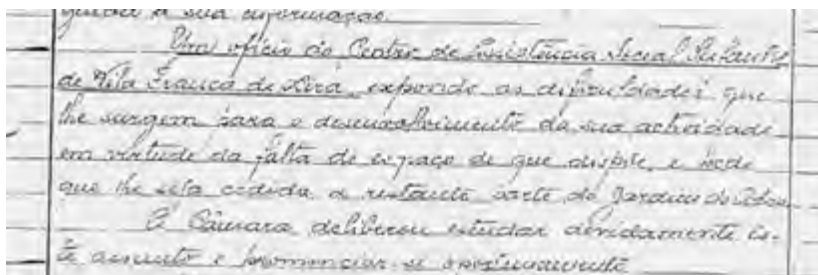
Romeiro, Incenseiro, 20. Alameda. Fogo a V. Ex.ª que dictona estes meus pedidos: ficar com eles os meus filhos e pessoas amigas. Entre devolvê-los, pois lhes inutilizaria o esforço heróico de quem trabalha nesta Obra.

Nesta expectativa, envio a V. Ex.ª os meus sentimentos agradecidos.

Padre V. Moniz

N. B. - No caso de V. Ex.ª não querer fazer mais o serviço de envio de rapazes inutilizados em nada se altera o plano, os rapazes tornam-se em refúgio à casa onde estão, pagando o custo lá, muito reduzido, apenas.

Falta ao poder das forças da Igreja Católica para o fazer de ajudar a alma e a direção preciosa para a alma do menino.



Acta da reunião da Câmara Municipal – 11 de Janeiro de 1949

“...um ofício do Centro de Assistência Social Infantil de Vila Franca de Xira, expondo as dificuldades que lhe surgem para o desenvolvimento da sua actividade em virtude da falta de espaço de que dispõe e pede que lhe seja cedida a restante parte do Jardim do Adro.

A Câmara deliberou estudar devidamente este assunto e pronunciar-se oportunamente.”

Acta da reunião da Câmara Municipal – 8 de Fevereiro de 1949

“Cedência de terreno pedida pelo CASI. Pelo Excelentíssimo Presidente foi apresentada a seguinte proposta:

Considerando que, em face do estudo a que se procedeu, se chegara à conclusão de que o ofício do Centro de Assistência Social de Vila Franca de Xira traduz fielmente a difícil situação criada àquele estabelecimento pela falta de espaço com que luta para o exercício proveitoso da sua actividade;

Considerando que tal situação justifica inteiramente o pedido constante do mencionado ofício, para que lhe seja cedida pela Câmara a restante parte do terreno do Jardim do Adro para ampliação das suas instalações;

Considerando que está no espírito deste Município e dentro das suas atribuições legais de cultura e assistência prestar todo o auxílio possível àquela instituição pelo carinho que lhe merece devido à acção que vem desenvolvendo no campo assistencial e na formação educativa das juventude nitidamente enquadrado no disposto nos artigos 48.º, números 2.º e 10.º do Código Administrativo, de que estão beneficiando cerca de 80 crianças desvalidas ou abandonadas;

Considerando que o chamado Jardim do Adro está presentemente transformado num local que nada tem de aprazível nem de acolhedor, que a população da vila deixou de visitar em virtude da sua manifesta e justificada tendência de frequentar a Avenida Constantino Palha, lindamente ajardinada, cheia de atractivos e situada frente do rio Tejo, não tendo por isso qualquer interesse para o público;

Considerando que a cedência do terreno ao CASI solucionaria um dos mais delicados problemas, pois dar-lhe-ia possibilidade para levar a cabo as obras de ampliação das suas instalações, impostas pela necessidade imperiosa de as crianças que vivem naquele estabelecimento sob o regime de internato, com idades que variam entre seis e dezassete anos, para que os esforços empregados para uma boa e sã educação não sejam comprometidos;

Tenho a honra de propor:

1.º – Que seja cedido ao Centro de Assistência Social Infantil de Vila Franca de Xira, para ampliação das suas instalações, o terreno do Jardim Municipal do Adro, situado nesta Vila, com a superfície de 1216,16 metros quadrados, que confronta a norte com a Rua do Jardim, a sul com o

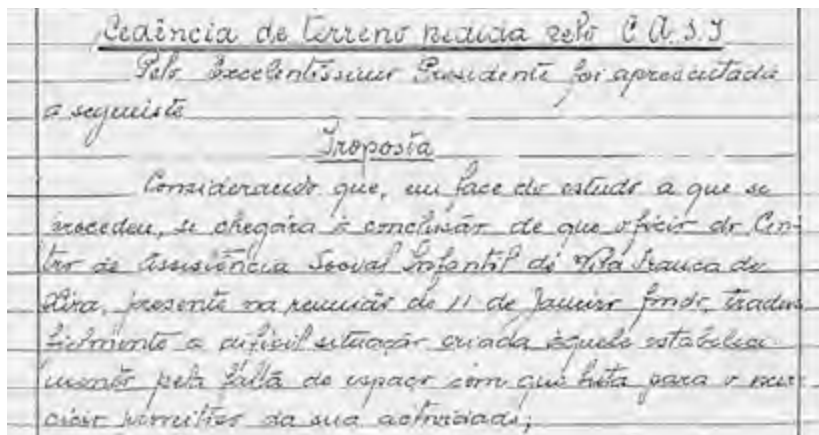
Largo Conde Ferreira e Escola Conde Ferreira, a nascente com a Rua da Fonte Nova e a poente com o CASI.

2.º Que a cedência seja feita nas seguintes condições, gratuitamente:

a) O terreno cedido reverterá à posse da Câmara se, no prazo de dois anos a contar da data da cedência, não for utilizado para os fins a que se destina, prazo este que excepcionalmente poderá ser prorrogado por seis meses a pedido do CASI, se a Câmara assim o deliberar;

b) Que no caso não esperado do encerramento do Centro, ou de não se concluir o edifício para a sua ampliação no terreno cedido, dentro daquele prazo, o edifício ou a parte construída do mesmo, bem como o terreno cedido, serão considerados património municipal;

Posta esta proposta à votação, foi



Nota:

O auto de entrega e posse do terreno consta da acta da reunião da Câmara Municipal realizada em 1 de Setembro de 1953.

Educação e práticas pedagógicas

Vasco Moniz instalou no edifício do CASI uma escola primária, por onde passaram inúmeros alunos internos e externos. A instrução dos catraios era algo que o preocupava bastante, a par da educação, do profissionalismo e da religiosidade.

Nos primeiros tempos, poucos eram os que faziam a Quarta Classe. Posteriormente, os resultados melhoraram bastante, com o aparecimento da Escola Industrial e Comercial e do Liceu Sousa Martins. Alguns catraios fizeram o liceu, o curso industrial ou comercial. Outros, poucos, chegaram à Uni-versidade e concluíram um curso superior.

Para os que tinham mais dificuldades, eram contratados explicadores e foram criadas aulas nocturnas para os analfabetos. Para além da ajuda que dava aos professores do Centro, o padre Moniz dava aulas de Latim e Grego no Colégio Sousa Martins, de Português e História no ciclo preparatório em Monchique, Alcochete e Vila Franca de Xira, onde pertenceu à Comissão Directiva.

Para Vasco Moniz a educação dos catraios, os modos e as práticas pedagógicas adoptadas pelo Centro eram uma preocupação constante. “Cada qual pode ter o seu método de educar. E, de facto, não há quem o não tenha. Pelo que não admira que nós tenhamos o nosso. Não pretendemos propor reformas pedagógicas. Nem tão pouco dar lições de pedagogia. (...)”

Estas preocupações estavam associadas ao reconhecimento das dificuldades que existem na educação de crianças e jovens, sobretudo quando estas são acrescidas devido às histórias de vida dos catraios. “Há muito quem pense – eu também assim pensava – que isto de educar a criança é tão suave como fazer versos em noites de luar (...)”

“(...) O trabalho do *educador-educador*, não falo do *educador-funcionário*, também não pode ser regulado por contratos colectivos pela simples razão de que os limites desse trabalho são as necessidades do educando. (...)”

Neste sentido, Vasco Moniz considerava que o trabalho do educador era uma tarefa contínua, ou seja, que não se podia limitar a cumprir horários ou encargos normativos. O papel do educador, e assumia-o como seu, era balizado pelas carências dos educandos.

A transmissão de valores, como a honestidade, e o inculcar o sentido da responsabilidade nos catraios eram pilares fundamentais nas práticas educacionais do CASI, “(...) Ser-se honesto não consiste em não mexer na coisa alheia. A honestidade consiste, mas é, em não mexer na coisa alheia quando se podia fazê-lo impunemente. (...)”

“(...) Nós confiamos-lhes dinheiro e coisas, mas não à toa. São eles que vão receber as cotas, a importância das assinaturas, o pagamento das facturas das oficinas. São eles que vendem o

jornal, recebem os acréscimos; vão ao mercado fazer compras. (...) Não vejo outra maneira de cultivar o sentimento da responsabilidade que é o factor primordial da educação.“

“(...) Eles [os catraios] um dia serão chamados à vida. Por isso, desde já ponho-lhes numa mão o dom da liberdade e na outra o sentimento da responsabilidade. (...)”

Desde a abertura do Centro, Vasco Moniz tinha uma relação de entendimento e amizade muito esteita com os rapazes, que se intensificou ao longo dos tempos.

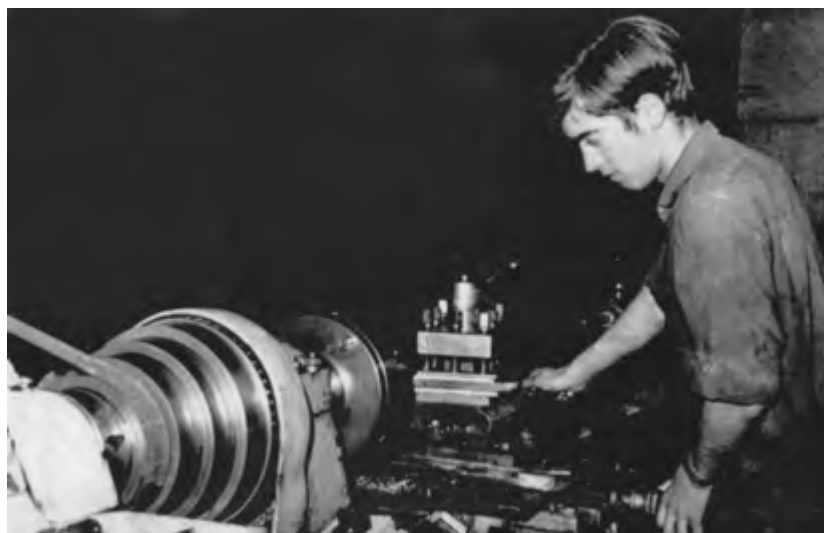
Era com muito carinho que se referia aos catraios e ao relacionamento

que os rapazes tinham entre si, chegou mesmo a dizer “(...) Não me importava de morrer. Mas quando vejo o nosso miúdo a chamar mano ao Manuel Gaibéu, ou con-templo o Zé Maria com o Camilo, adormecido às costas, conduzindo-o ao leito, digo a Deus, que não quero morrer.”

O interesse que tinha pelos catraios não se reduzia às questões da sua educação. Naturalmente, questionava-se acerca das suas vidas quando saíssem do CASI e era com alguma ansiedade que vivia a saída dos rapazes.

“O futuro destes rapazes preocupou-me desde a primeira hora. Que um dia eles saíam desta casa,





As Oficinas do CASI e a formação dos catraios

As oficinas do Centro eram, como já foi referido, um dos pilares da formação profissional dos catraios, assim como uma das mais importantes formas de financiamento do CASI.

Vasco Moniz considerava essencial que os rapazes aprendessem um ofício que contribuísse para o seu desenvolvimento pessoal e para a aquisição de conhecimentos técnico-práticos para a sua futura vida profissional. “(...) A nossa carpintaria não comporta mais aprendiz; não posso formar mais pedreiros nas nossas obras”.

“(...) Não posso em-pegar os rapazes em ofícios em que eles não ofereçam certas garantias. Eu não procuro livrar-me deles como uma canga (...)”. Esta era uma das inquietações do director do Centro, que procurava colocar os catraios em trabalhos que fossem adequados à sua formação.

As necessidades do CASI foram crescendo e foram criados mais espaços destinados à formação e à trans- formação de matérias-primas para posterior comercialização. «Resolvi ampliar a nossa actividade industrial com mais uma oficina-escola. É a nossa “Metalúrgica”».

Vasco Moniz descreveu a serralharia do CASI do seguinte modo: “À bancada, uma data de catraios cortam

e limam e vergam e martelam, sob a proficiente direcção de dois chefes competentes. Aquilo nem parece uma oficina. Parece antes um estúdio de uma Orquestra Sinfónica que me deleita de tal forma que não sinto necessidade de ir ao São Carlos (...).

Fabrica-se tudo: grades, portas e portões, armação para as montras, trabalhos em ferro forjado, móveis de aço cromado, cadeiras, mesas, tabuleiros de chá, bengaleiros, carrinhos de bebé



e, se nos encomendarem, até carrões para as mães...

(...) Já lá vai o tempo em que uma boa dúzia de catraios passava a vida no *dolce far niente* pretextando que não queriam ser carpinteiros, nem pintores, nem estucadores, nem electricistas, nem pedreiros, nem nada do que cá tínhamos. Serralheiro, serralheiro é que eu queria ser! (...). ”

Acção Social

O Lazer e as colónias de férias

Havia alguns momentos de descanso em conjunto. O CASI tinha uma carrinha que, para além de outros serviços, era utilizada aos domingos e feriados para levar as crianças a pescarias no campo ou para as praias de Santa Cruz, Nazaré e Foz do Arelho.

A família Palha organizava todos os anos uma colónia de férias na Nazaré, para rapazes da Castanheira do Ribatejo e Povos, aos quais se juntava um pequeno grupo de catraios, que assim tinham umas merecidas férias.

Noutros anos, os jovens do CASI passavam os verões na Colónia Balnear de *O Século*.



Saúde

Aquando das obras de remodelação do CASI, em 1947, o padre Moniz mandou fazer uma enfermaria com capacidade para cinco camas e um posto médico para fazer face às necessidades da instituição. Semanalmente, um médico deslocava-se ao consultório e aí observava os doentes do Centro, mas também os doentes do exterior que necessitassem de cuidados médicos.



Uma enorme inovação

Um infantário para filhos de mulheres trabalhadoras

Uma das primeiras iniciativas de carácter social do CASI terá sido, certamente, a abertura de um berçário/creche para os filhos das mulheres trabalhadoras. Este infantário começou a funcionar a partir da inauguração do Centro, possibilitando que as mulheres trabalhadoras tivessem um local onde deixar os filhos em segurança durante a jornada de trabalho.

Grupo Coral do CASI

Durante os períodos de lazer, para além do futebol que ocuparia os jovens 24 horas por dia se assim pudessem, a música também marcou presença. Foi criado um grupo coral infantil, apresentado no dia 1 de Maio de 1946, em Lisboa, tendo a sua actuação sido transmitida pela Emissora Nacional. Existia também um grupo cénico, dirigido, igualmente, por Joaquim Malta.



O Bairro do CASI

O padre Moniz tinha a ideia de que o CASI não podia estar apenas dependente da venda do jornal *Voz do Catraio*.

Como tal, idealizou uma obra que seria uma espécie de “seguro” para a sobrevivência do próprio CASI – um bairro económico. O terreno foi comprado em Abril de 1951 e o bairro foi projectado por João Alcobia.

Prevvia-se que em cerca de três anos se construíssem habitações que dariam para instalar dezenas de famílias. A primeira pedra foi lançada a 13 de Dezembro de 1951 e, em Fevereiro de 1953, estavam já prontos dois terços das fracções, algumas entregues aos inquilinos nesse mesmo mês.

Os trabalhadores da obra eram quase todos do CASI, à excepção de um pedreiro que veio de fora.

Os restantes – 20 carpinteiros, pedreiros e serventes – eram jovens que estavam ociosos desde o fim das obras do ginásio.

As obras eram acompanhadas pelos arquitectos José Bastos e Conceição e Silva.

O financiamento da obra estava a cargo não só das ofertas das

empresas da região, mas também da venda de bilhetes para três sorteios, realizados um por ano (de 1952 a 1954). Estes sorteios eram autorizados pelo Ministro do Interior, sendo os resultados publicados nos jornais *O Século* e *Diário de Notícias*.

Em 1953, chegou a notícia de que não seriam autorizadas mais obras na Costa Branca, que era a parte da vila que o CASI tinha vindo a desbravar, ficando o projecto por aqui.

Estas habitações foram vendidas aos inquilinos que as quiseram adquirir





O terreno para a construção do bairro custou cerca de 70.000\$00.

As habitações tinham três quartos, uma sala, uma cozinha, uma despensa, uma casa-de-banho, um escritório e duas varandas.

Houve 51 pedidos para 21 habitações.

O bairro foi pensado para famílias recém-formadas, particularmente as que tivessem crianças pequenas e fracos recursos financeiros. Solteiros ou pessoas com posses não seriam admitidos.

A renda foi fixada em 250\$00.

Os bilhetes para os sorteios custavam 2\$50 e o primeiro prémio era uma casa.

Preocupações Sociais

A crítica social era permanente nas palavras e atitudes de Vasco Moniz, ao ponto de afirmar o seguinte: “Bodos! Paradas de caridade!!! (...) o que é que os pobres lucram com isso? Na melhor das hipóteses uma empanturradela dum dia, com a consequente indigestão no dia seguinte, para curar a qual, os beneficiados do bodo não terão meios, visto que os organizadores dessas paradas não costumam distribuir pacotinhos de bicarbonato de soda para o que der e vier.”

As suas preocupações estendiam-se para além dos limites do CASI. Era

com grande apreensão que comentava a situação precária em que viviam muitas pessoas nos bairros clandestinos de Vila Franca de Xira. “Vejo todos os dias uma bicha de novos pretendentes a novas barracas da Pedra Furada a pedir-me madeira. Desconfio seriamente que qualquer dia os habitantes do bairro da lata se lembrem de lhe chamar o Bairro Padre V. Moniz e vir convidar-me a cortar a fita ... em homenagem a muitas barracas que ajudei a construir ou a reconstruir. (...)”



O homem e a Igreja

Vasco Moniz nasceu no seio de uma família católica na terra considerada a mais cristã da Índia: Salcete, Goa.

Estudou no Seminário de Rachol e foi ordenado sacerdote católico a 3 de Outubro de 1937, em Goa. Em 1939, foi enviado para Roma para terminar a Licenciatura em Teologia Dogmática, na Pontifícia Universidade Gregoriana, o que sucedeu a 3 de Junho de 1940.

É preciso lembrar o significado de, neste período, ser indiano na Itália xenófoba de Mussolini.

Estalou a Segunda Guerra Mundial

e, de regresso a Goa, embarcou até Lisboa, de onde seria mais fácil arranjar transporte. Enquanto aguardava, o missionário Vasco Moniz pediu funções à Diocese de Lisboa. D. Manuel Gonçalves Cerejeira, Cardeal-Patriarca, nomeou-o para a Paróquia de S. Vicente Mártir de Vila Franca de Xira, tendo-se apresentado em Fevereiro de 1941, substituindo o pároco António Antunes Abranches.

Assim, quase por acaso, acabou por ficar à frente da igreja vilafranquense durante trinta e três anos.



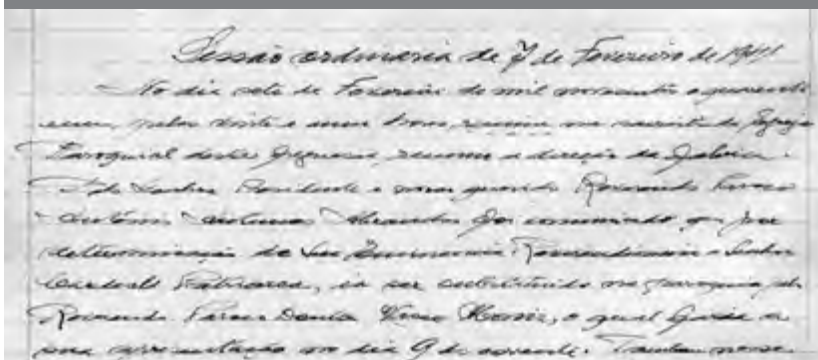
Acta da “Corporação do culto católico de Vila Franca de Xira” – Entrada de Vasco Moniz na Paróquia

“Sessão Ordinária
de 7 de Fevereiro de 1941

No dia sete de Fevereiro de 1941,
pelas vinte e uma horas, reuniu na

sacristia da Igreja paroquial desta
Freguesia, a direcção da Fábrica.

Pelo Senhor Presidente, o nosso
querido Reverendo Pároco António
Antunes Abranches, foi comunicado
que por determinação de Sua Emi-
nência Reverendíssima, o Senhor
Cardeal-Patriarca ia ser substituído
na Paróquia pelo Reverendo Pároco,
Dr. Vasco Moniz, o qual fazia a
sua apresentação no dia nove do



O padre Moniz admirava a figura do Papa João XXIII e era adepto das resoluções conciliares resultantes do Concílio Vaticano II, que apontavam para uma modernização das estruturas da Igreja Católica, nomeadamente através de uma maior participação dos leigos nas actividades das congregações e da adesão ao Ecumenismo, movimento que apelava ao diálogo e à unidade de todas as igrejas cristãs.

Encetou um estreito relacionamento com a Igreja Católica Apostólica Evangélica Lusitana e com o seu pastor, D. Luís César Pereira, chegando cada um deles a promover celebrações ecuménicas na Igreja do outro.



**Grupo ecuménico
de Vila Franca de Xira**



**Encontro ecuménico na Igreja
Paroquial - Grupo Coral,
populares e oficiantes**



Dr. Luís César Pereira, Pastor da Igreja Católica Apostólica Evangélica



Igreja Católica Apostólica Evangélica Lusitana, em Vila Franca de Xira



Encontro ecuménico

Dr. Luís, Carlos Cruz, Padre Babo, Padre Saúl e Padre Moniz

Seguindo o exemplo do Cardeal Cardine, fundador da Acção Católica, Vasco Moniz apoiou os movimentos de juventude, nomeadamente a JOC (Juventude Operária Católica), que tinha a sua sede no CASI.

A sua missão junto das classes operárias visava a criação de melhores condições de trabalho e de vida, em clara inspiração nos princípios da Doutrina Social da Igreja, de Leão XIII. Era o *ver, julgar e agir*.



Confraternização jocista

O Concílio Vaticano

O Concílio Ecuménico Vaticano Segundo, convocado pelo Papa João XXIII e iniciado em Roma, em 1962, abriu na Igreja Universal um processo de repensamento sobre si mesma, de renovação de estruturas e da liturgia, que muito contribuiu para o início de um processo de mudança e adaptação da Igreja Católica à sociedade moderna, com reflexos internos em Portugal. Esta mudança nas estruturas da Igreja e na sua consciência social, onde avultou um maior protagonismo dos leigos, abriu uma crise que se traduziu numa progressiva diminuição de vocações sacerdotais e religiosas. As relações com o regime conheceram momentos de maior crispação, quer interna quer externamente. Surgiu uma oposição católica interna e degradaram-se as relações com o Vaticano, sobretudo por causa do contraste entre a política ultramarina do regime e a orientação missionária da Santa Sé.

Em quatro anos de pontificado, João XXIII escreveu oito encíclicas de grande importância, entre as quais Mater et Magistra (1961), sobre a questão social, e Pacem in Terris (1963), sobre a justiça e a paz no mundo.





Vasco Moniz, que era amigo pessoal do Cardeal Cerejeira, acabou por se afastar a partir do momento em que este se pôs claramente do lado do regime.

A ruptura com a hierarquia da Igreja portuguesa aumentava gradualmente, à

medida em que a maioria dos bispos, cada vez mais, adoptava a “doutrina” do Estado Novo. Aos poucos, preferiu marginalizar-se, conservando a consciência tranquila, não a vendendo em troca da “solidariedade” dos endinheirados.



Visita do Cardeal Cerejeira por ocasião das bodas de prata sacerdotais



Boletim Paroquial, uma voz incômoda e actuante

É no espírito do Vaticano II que, em 1970, surge o primeiro *Boletim Paroquial*, com uma pastoral actuante e reformista, que acabaria por ser proibido pela censura em 1972, devido ao seu estilo acutilante.

Este boletim foi inicialmente redigido por Vasco Moniz, tendo sido alargada a sua redacção a uma equipa constituída para o efeito.

Tal como o jornal *Voz do Catraio*, também esta publicação foi de uma enorme importância para a composição deste livro. Através da leitura e apreciação de vários números do *Boletim Paroquial* tivemos uma maior percepção das preocupações sociais de Vasco Moniz e da sua postura interventiva ao tentar despertar consciências para as grandes questões e contradições da Igreja e da sociedade portuguesa da época.



VIDA NOVA

Pádoa é isso. É dizer que é o Espangem. Há quem apassem para proteger os seus interesses. Defender as suas conveniências. Mas a vida de Jesus Cristo não foi assim. Ele passou da infância pela calada da noite. Ele passa do Convívio de Pai ao noivo, para fazer uma Aliança, assumir um compromisso com os Homens, para alinhar com todo o recesso ao ser humano, a explorar, a destruir, a ser pavoroso ou a fazer escravidão. Isto é, a acalar com o mundo do Pecado e a continuar o das Bem-aventuranças (cf. Mat. 5).

Já se vê que este acontecimento da Passagem de Jesus — que é como quem diz: a sua vida, a sua vida e o retorno ao Pai — não é coisa morte e lamentar em alguns dias do ano, não é coisa arrependida, não é acontecimento para a literatura, nem para os povos dos assuntos. É vida que tem de ser actual, que tem de se deixar passar para não se ao risco de ser chamado louco, considerado perigoso, condenado numas cruz.

Jesus Cristo passou por tudo isso. Até passu pela morte. Mas Ele, morto pelo Homem velho, violento e ambicioso, instalado dentro de nós. Vais. Ele insiste para que os homens todos formem a grande fraternidade, passen com Ele a promova da vida, do filho e do de sangue, para que possamos os presentes como a Madalena ou a mulher adúltera ou para que imitemos Zacarias, abindo as portas dos nossos breves nos que têm direito a desenvolver-se e promover-se ou ainda perseguindo a combaterem as injustiças e desonestidades profissionais (cf. Lucas 2. 7-14).

Esta é a Páscoa verdadeira. É a Páscoa do Jesus Cristo e de todo o que não se limita a dizer: «Senhor, Senhor, de Quarta-Feira Santa, Domingo de Ramos, de Noite Pascal, a Páscoa de Sexta-Feira Santa, de Noite Pascal, a Páscoa de Ascensão, do Pentecostes, ...».

vila baixa de via
representável. P. Moniz
redução:
revelado pessoal

Sonho que um dia
dos os vales serão
levados
as as colinas e
vihar serão
nadas
hos tortuosos
treitados
ria do

será
revelada a
todos os homens-
é esta a nossa
esperança...
é esta a nossa
fé...
Martin Luther King

(Continua no pág. 2)

ther King

J. Lucas



Porquê

Porque sim! – podia eu responder. Uma paróquia pode resolver criar o seu boletim da mesma forma como um jovem, hoje, resolve deixar crescer a sua barba, com a qual ou sem a qual o tal jovem fica tal e qual... Assim, não faltará por aí paróquia que tenha o seu boletim, com o qual ou sem o qual ela fica tal e qual. Vá lá perguntar a essa paróquia porque criou o seu boletim... Porque sim! – está ela no seu direito de responder, que é como

quem diz, de perguntar refilando: Você tem alguma coisa com isso? Eu não respondo assim. Se “a necessidade cria órgãos”, o nosso “órgão” brota de uma necessidade premente – o que confirma o velho postulado evolucionista...

Nós, os cristãos de Vila Franca, velhos ou adultos, jovens ou adolescentes, eles ou elas, barbudos ou escanhoados, mini-saias ou maxi-saias – somos todos *uns indivíduos sem importância colectiva: uns indivíduos e nada mais*, como diria Sartre ou alguém

por ele.

A Igreja é um Povo de Deus – e nós somos apenas uma multidão: aquele pensa, resolve e marcha, porque é masculino; esta fala, e discute, e, de esfalfada, adormece, porque é feminina.

A Igreja é uma comunidade – e nós somos “uns indivíduos sem importância colectiva” que, em comum, só pomos a nossa “má língua”.

A “Presença da Igreja no Mundo” – sabemos que foi tema duma Constituição Pastoral do Concílio. Mas onde é que nós estamos “presentes”? O Mundo do Concílio, fica tão distante de nós como a Constelação do Centauro... Pois se nós, ou nascidos e “baptizados” em Vila Franca, não sabemos onde fica a Calçada do Quebra-Costas!... Como podemos, então, tratar das “costas” que nessa Calçada se quebram?

Somos uns “ausentes” já não digo do Mundo mas até da Calçada do Quebra-Costas, que é como quem diz: de Vila Franca. Por isso, impõe-se o programa que vem no cabeçalho: Informação, Doutrina e Acção.

Informação – porque sem ela somos como um Robinson Crusoe na sua ilha, miseravelmente sós, e não há papagaios que nos valham...

Doutrina – porque nesta *selva selvaggia ed aspra e forte* dantesca, que é

o mundo de hoje, *quem não sabe é como quem não vê*, como diz o caipira, e *anda por ver os outros andar*, como acrescenta o mesmo.

Acção – porque sem ela nem Nosso Senhor nos livra duma camada de reumatismo espiritual e da morte por esclerose ou avitaminose.

Conheço os méritos e os deméritos da imprensa confessional. Dizem que a imprensa confessional diária cria *ghetti*. Não quero ser juiz em contendas furiosas que por aí vão... Mas ninguém disse tal dum jornal confessional hebdomadário ou mensal. Não, um jornal assim não cria *ghetto*. Tenho para mim que um órgão confessional hebdomadário ou mensal, pode ser até aquele “suplemento de alma” bergsoniano a preencher a lacuna que a imprensa aconfessional diária pode deixar aberta nos seus leitores.

Mais: num âmbito restrito que é o seu, um órgão mensal confessional pode contribuir eficazmente para o pluralismo da comunidade local – pluralismo que é o único “caldo de cultura” que permite o desenvolvimento das personalidades numa comunidade, dando-lhe uma cor humana e evitando que ela seja um produto incaracterístico do trabalho em série (o famigerado *conveyor work*) das fábricas americanas...

Obediência, Ordem e... Codornizes!

Em artigo de fundo no diário “*Novidades*” de 19 de Abril p. p., P.S. diz deste “Boletim” o seguinte: «Detur-pam, portanto, o pensamento do grande Pontífice e ultrajam a sua memória, que todos devemos venerar, aqueles que pretendem servir-se do seu nome e da sua autoridade para justificarem as suas atitudes de inconformismo e rebelião. Ainda recentemente se escrevia num *Boletim Paroquial* contra aqueles que pensam que “uns nasceram para mandar sem justificar as ordens – outros para obedecer sem protestar contra as mesmas”. A que ficará reduzida a obediência se os superiores tiverem de justificar as medidas que adoptam e se os súbditos se julgarem no direito de protestar contra as decisões que não lhes agradam?»

A que fica reduzida a obediência? A uma coisa muito gira, meu caro Amigo, como nos dizem os Bispos alemães, conforme reza o telegrama que se transcreve: «Bona, 21 – (A.N.I.) – Pela primeira vez, a Hierarquia católica vai organizar na Alemanha Federal uma grande sondagem para conhecer a opinião dos fiéis. No dia 1 de Maio, serão distribuídos 21 milhões

de questionários a todos os católicos de idade superior a 16 anos. Entre as 14 perguntas do questionários há problemas controversos, como o celibato dos padres, os casamentos mistos e o imposto para a Igreja (*Diário de Lisboa*, 21-04-70).»

Isto que fez a Hierarquia alemã, irá fazer, julgo, a nossa Hierarquia também.

Agora uma imagem da obediência ou da ordem. Aqui há uma data de anos atazanavam-me os ouvidos a falar-me em codornizes como a melhor especialidade da cozinha vilafranquense: assim, assado, frito e cozido... Experimente uma e verá! – desafiavam--me. Mandeí vir logo quatro para comer com um amigo meu. Eram grelhadas. A primeira que ataquei esfolou-me a língua, o céu da boca, as gengivas, etc. Estava desgraçado. Nunca mais comi codorniz.

Recentemente, em terras espanholas, serviram-me uma codorniz em escabeche. Aquilo foi só tocar com o garfo na ave: o osso separou-se da carne como por encanto! Nada de esfoladelas. Comi e chorei por mais.

Ora, aí está como eu concebo a obediência e a ordem. A ordem sem

consulta prévia ou coisa parecida – é ordem grelhada; com consulta prévia – é ordem em escabeche. A primeira esfola tudo: o cérebro, a vontade, o coração, porque não se consegue separar a carne do osso; a segunda é um mimo, porque a carne separa-se do osso como por encanto. Já experimentou alguma vez? Se não, experimente.

Tudo está na maneira de cozinhar a ordem. Se grelhada, cai-me mal na boca e no estômago; se em escabeche, devoro-a. Por isso, meu Amigo, pela sua rica saúde, não nos meta entre os que “deturpam” a mensagem de João XXIII. Não encontrará neste Boletim “inconformismos” nem “rebelião” que João XXIII não tenha praticado. Não queremos polémicas (Lagarto! Lagarto!...) mas importa declarar abertamente que não nos agradam confusões e insinuações.

Não nos zangamos, porque somos muito pacíficos, mas também não nos calamos, porque não somos nada passivos. Por isso, apitamos *off-side*, como fez estupendamente o Eng. Rogério Martins logo que, vindo da Espanha, pôs os pés em terra portuguesa, onde, pelos vistos, lhe andavam a barrar os caminhos da Europa com a pá da confusão e a picareta da insinuação. Não nos empurre, pois! Se não, apito *off-side*.

Gostei imenso do cartão que o Sr. Bispo de Telepte me escreveu e que transcrevo: «Manuel Franco Falcão, Bispo de Telepte, Auxiliar do Patriarcado, agradece o envio do 1.º n.º do *Boletim Paroquial* de Vila Franca de Xira, que só hoje tive ocasião de ler. Faz votos por que nos próximos números ele encontre mais claramente os rumos certos e assim possa servir verdadeiramente a comunidade paroquial a que se destina e que deve participar mais efectivamente na sua redacção. Pede e agradece que continue a enviar o B.P., do qual com toda a franqueza dará o parecer, em bom espírito de colaboração.»

Precisamos muito da franqueza do parecer do Sr. D. Manuel, porque é nosso desejo descobrir e trilhar rumos certos. Detestamos a aventura e as popularidades baratas, mas aceitamos os riscos que os “sinais dos tempos” espalham nos caminhos da vida. Haverá “topadelas”? Haverá “galos”? Será o preço da descoberta.

Meu caro P.S., de há muito que não nos encontramos. Quando por cá passar, bata no ferrolho, mas... não nos “empurre”! Entretanto, um abraço amigo.

Padre Vasco Moniz
Boletim Paroquial, N.º 2, Maio 1970

Granito Estuques Pinturas Caiações

Voltarei aos “Sinais dos Tempos” sobre o P. Arrupe, no próximo número, pois “outro valor”, não direi mais “alto” mas certamente mais urgente, pede a coluna que a Equipa de Redacção me concede.

O Boletim Diocesano de Pastoral dedica a última página do seu último número a este nosso Boletim: algumas referências pessoais, um resumo de alguns artigos e locais dos primeiros números, uma transcrição quase na íntegra do meu artigo sobre o “Porquê?” da criação e esta crítica:

Estas palavras sugerem uma concepção de boletim paroquial que não é a mais corrente, e explicam a característica talvez dominante dos três primeiros números do Boletim de Vila Franca, que aliás nas suas diferenças denunciavam uma procura definição de si ainda não encontrada.

Alguém, delicadamente, quase subtilmente, fez sentir que o primeiro número não tinha acertado, fazendo votos por que “nos próximos números ele encontre mais claramente os rumos e assim possa servir verdadeiramente a comunidade paroquial a que se destina e que deve participar mais efectivamente na sua redacção”. No segundo número, o P. Moniz, no

editorial ”Obediência, Ordem e... Codornizes!” cita e agradece. E o B.P. evolui e melhora. Começam a aparecer notícias da terra, da comunidade paroquial, das actividades apostólicas e pastorais. Outras pessoas começam a colaborar. Já não é a mesma mão a escrever ou a seleccionar todo o material de redacção, o que parecia tanto mais justificado quanto o senhor dessa mão logo no primeiro número dá publicamente a entender que não estará muito tempo à frente da paróquia e, portanto, do seu boletim.

**(Observações pessoais
a uma crítica objectiva)
pelo Padre Vasco Moniz**

Não é a concepção corrente. Não é, não senhor. E nisto está a objectividade da crítica. Crítica objectiva não quer dizer elogio e pode ser até censura.

Seria tartufo se dissesse que sou indiferente aos elogios. Simplesmente, não os procuro. Se andasse à cata deles, ou teria permanecido na “corrente” que se engrossou através dos séculos ou entrado na “corrente” subterrânea que se vai formando de há longos anos.

A imprensa católica, sobretudo a mais responsável, da corrente

“secular” – diária, hebdomadária ou mensal – asfixia-me. Sabe-se que certo condicionalismo, de dupla procedência, não permite à “Igreja” entre nós, o que eu designaria por “alfabetização teológica” dos fiéis sobre vários problemas candentes de base: patriotismo, guerra e Paz, legalidade e moralidade, direitos humanos, informação, motivações de fé, etc.

E é precisamente à volta desses problemas, e não dos “futuríveis” escolásticos, que se desenrola o doloroso *twist* da consciência cristã. De facto, o *twist* deixou de ser a dança da moda nos nossos recintos de divertimento para invadir o tablado da consciência cristã que anda, de há muito, a torcer-se, a contorcer-se e a estrebuchar à volta ou ao pé desses capítulos dramaticamente palpitantes da Teologia Cristã.

O que é que a nossa imprensa periódica “corrente” diz a respeito deles? Diz que sim, mas que também... E ficamos como um burro à nora que, depois de uns milhares de passos, verifica que se encontra no mesmo sítio, com a agravante dos lombos inchados com as pauladas comidas no serviço, isto é, teologicamente

analfabetos mas inchados com as mocadas brutais mas inconscientes da alienação.

Como reacção encarniçada, aparece a corrente subterrânea: pontas e mais pontas. Sabe-se que o “poder das pontas” é perigoso em Física como em Teologia: se, dum lado, descarrega a energia, do outro, atrai raios e coriscos... Mais: certas pontas são tão compridas como o nariz de Cyrano de Bergerac que se lamentava: Ah, este meu maldito nariz que chega sempre a toda a parte um quarto de hora antes de mim! Este Boletim não pretende chegar a parte nenhuma antes da Igreja. Simples-mente, procura saber e dizer em que posição a Igreja se encontra.

Na semana passada, acampeei com mais cinco amigos, na zona da Serra da Estrela. Pelo caminho, visitámos igrejas e capelas de granito em obras de restauro. Algumas vi com tantas camadas de estuques, pinturas e caiações, que do granito nuclear não aparecia nem um centímetro quadrado. As camadas sucessivas saíam, uma após outra, como as cascas de cebola. Aquilo parecia um palimpsesto... Era a carga da história na Igreja da pedra ou na pedra da Igreja, símbolo dessas almas que por lá encontrámos também e, por cá não

faltam, e que nem sentem como a sua fé se encontra abafada e desfigurada sob tão espessas camadas de estuques e caiações através das pregações e festas que por lá se fazem e que eu ouvi e vi com “estes que a terra há-de comer”.

A respeito do “evoluir e melhorar” deste Boletim, importa observar que, no primeiro número, uma grande parte do original foi posto de parte para dar lugar aos “cinco tipos de padre”. O Boletim foi criado por uma equipa para os paroquianos lerem e escreverem. Mas será só essa a preocupação do Sr. Bispo de Telepte? Se sim, pode o Sr. D. Manuel estar descansado, pois tudo estava previsto, como se diz em certos círculos religiosos... Não será por aí que o gato irá às filhós. Mas o

pior é que as minhas preocupações sobre o Boletim vão muito mais longe: arrancada uma camada de estuque, aparece outra, e outra, e mais outra... Precisava duma mão segura que me guiasse até encontrar o granito. Encontrei-a, confesso, na *Voç Portucalense*, propriedade da Diocese do Porto, que li pela primeira vez depois de publicado o 4.º número deste Boletim. Aprendo nela a possibilidade, embora diminuta, de se cultivar a verticalidade do espírito apesar de todos os grilhões e espartilhos que possam oprimir a verticalidade do corpo. Pobre do “Povo de Deus” se, no seu seio, um jornal como a *Voç Portucalense* se torna suspeito!

O “Socialismo” deste Boletim

A carta do meu amigo e colega, comentada em “Coisas & Loisas” do último número deste Boletim, observa que este «está cada vez mais empenhado numa linha avançada que ultrapassa os limites do “catolicismo social”(…) para entrar no campo socialista».

Tratarei, pois, do nosso “socialismo” neste número e nos próximos. Mesmo que o meu Amigo me não desse a ocasião, eu teria abordado o assunto à mesma para que nos conheçam “em tamanho natural” e não apenas “em busto”, como já foi dito.

Impressionou-me, recentemente, uma corajosa mas acertada afirmação do reconhecido teólogo espanhol J.M. Gonzalez Ruiz, no estupendo prólogo ao estupendo livro de dois jovens jesuítas, P.P. Diez e R. Herrero-Velarde, intitulado *Revolução marxista e Progresso Cristão*: “Somente pedimos – diz – a todos os outros homens – crentes ou não, marxistas ou não – que considerem atentamente o nosso (dos cristãos) comportamento religioso e o submetam a uma séria análise sociológica. E se a transferência fenoménica da nossa fé produz um corte, um freio ou uma

evasão no movimento ascendente para uma autêntica promoção humana, submetemo-nos previamente às enérgicas medidas que se adoptem para afastar estes obstáculos impeditivos na evolução da humanidade”.

A transferência fenoménica da fé que produz um corte ou um freio ou uma evasão no movimento da produção humana, não é coisa do outro mundo. É o pão nosso de cada dia, patente, infelizmente, na pouca influência que os cristãos tiveram nas reformas radicais da sociedade. Os últimos dois Papas, o Concílio e uma razoável plêiade de teólogos e sociólogos católicos já se referiram a ela, como a uma causa importante do ateísmo moderno, que a *Ecclesiam Suam* apresenta como “o fenómeno mais grave do nosso tempo” fórmula essa que o *Gaudium et Spes* corrige ou atenua chamando ao ateísmo “um dos fenómenos mais graves do nosso tempo”.

Quem foi que despertou a consciência cristã para esse corte ou freio secular? Honestamente, há que reconhecer que o devemos mais à crítica religiosa de Marx do que a

qualquer outra investigação. Marx que ninguém admira como historiador mas apenas como filósofo da História, pode ter confundido, lamentavelmente, a vivência ou a circunstância existencial da fé com a sua essência, atribuindo a esta o que a sua análise só podia atribuir àquela. Mas a verdade é que agitou a consciência de cristãos que não toleram a “política do avestruz”...

É só neste contexto que um boletim paroquial ou um cristão – leigo, padre ou bispo – pode ser condenado ou absolvido ou louvado como “socialista”.

São frequentes entre teólogos e sociólogos católicos – não falo apenas desses “grandes” da teologia moderna, com larga rodagem, como um Chenu, um Lubac, um Rahner, um Metz, um Congar, um Durbale, um Calvez, etc., etc., mas também de jovens que se sentem responsabilizados perante as inibições de tantos velhos – afirmações como esta: “Todos trazemos dentro de nós um marxista, uma inclinação primordial para recuperar a harmonia que um dia teve o Homem, para sintonizar com o produto que trabalhamos, para humanizar-nos com o homem com quem convivemos”.

Isto que um jovem teólogo espanhol diz, outros grandes dizem--no por outras palavras, e o nosso Bispo do Porto, depois de ter sugerido que todos os estudos, eclesiásticos e civis, deviam ser gratuitos para dar ao aluno a consciência de que está ao serviço imediato da Igreja ou da Sociedade, repetia por estas: “...quer dizer, nós

estamos a viver numa sociedade que, embora não seja marxista totalmente, caminha para o socialismo. Onde é que hoje não há socialismo?”

Estas e outras afirmações querem dizer que o socialismo absorveu todas as doutrinas, todos os protestos que se têm erguido ao longo da história humana, contra as sociedades que consagram a desigualdade entre os homens fomentando a exploração do homem pelo homem.

Assim, o socialismo não se apresenta como um sistema mas antes como um estado de espírito. Como sistema (de resto, é tão difícil defini-lo dada a vasta feira de socialismos que por aí vão nascendo, vivendo ou vegetando, lutando ou até morrendo) procura organizar as constantes desse estado de espírito num corpo de princípios articulados.

Se um cristão sinceramente isento, dentro de um dado sistema socialista, pode não se sentir realizado, há-de, pelos menos, sentir-se menos vazio, enquanto dentro do sistema capitalista, o vácuo espiritual que sente é terrivelmente asfíxiante.

Relativamente ao estado de espírito, a abolição das classes sociais antagónicas, da economia do mercado, da infernal mística do lucro – “se dá lucro, fabrica-se; se não dá lucro, não se fabrica!” –, da sociedade “elitizada” que cria um povo “utilizado”, isto é, drogado – é um programa digno do Evangelho. Mas chamam a isso programa socialista, unicamente porque nós, cristãos, o trouxemos a

hibernar durante séculos no nosso alforje espiritual, onde os chamados “maus” o foram desencantar. Assim, os “maus” com esse programa ficaram bons e nós, privados do mesmo, já não somos bons nem maus – pelo que estamos a ser “vomitados” já não digo apenas pelo mundo mas também pelo Senhor, segundo a sentença bíblica.

E o programa capitalista? Ele aí

está na realidade nua e crua dos factos. Simplesmente, este Boletim recusa-se a transformar em ideal um conjunto de factos lamentáveis e em tese o que honestamente nem como hipótese se devia pôr.

Vasco Moniz
Boletim Paroquial, N.º 13,
Novembro 1971

**Carta enviada ao director do
diário *Novidades* pelo seu
assinante Padre Vasco Moniz**

Caro Monsenhor
Avelino Gonçalves
(Director do diário *Novidades*)

O inconformismo de Vasco Moniz e a forma audaz como fazia críticas, quer às autoridades civis, quer às autoridades eclesiásticas, foram um veículo para que alguns o contestassem e se acendessem polémicas, muitas vezes debatidas nos jornais.

Não queria dar-lhe o desgosto que esta carta, de certo, lhe vai dar. Mas não será este o primeiro que lhe dão...

Há mais de 30 anos que sou assinante do diário *Novidades*. Desde que o «Vaticano II» começou a ser aplicado na Igreja, fui assaltado várias vezes pelo desejo de deixar de o ser — desejo que sempre consegui recalcar. Mais: em reuniões de clero, contribuí para que pelo menos dois colegas e amigos meus recalcassem idêntico desejo.

Isso, por duas razões. A primeira é de ordem pessoal e sentimental: sou muito amigo e sincero admirador seu, e tenho provas inequívocas da sua amizade para comigo. A segunda é de ordem pastoral: esse diário é o único veículo que me podia manter em contacto com os «actos» do meu Bispo, à margem do qual nem quero, nem posso, nem devo, nem sei trabalhar.

Sabia também, por informações fidedignas, que a fisionomia espiritual do jornal não era precisamente o reflexo da fisionomia do seu Director: que havia outras forças que lhe imprimiam a fisionomia que o jornal revela.

Não pense, Monsenhor, que acalento a ilusão de pretender ser assinante de uma publicação periódica

com cujas ideias esteja sempre de acordo. Não, não se trata disso. Seria uma puerilidade, da qual me fará a justiça de ilibar. Trata-se de opção mais premente: de saber se posso ou não continuar a ser assinante de um jornal católico que contribui para a poluição da consciência cristã portuguesa, oferecendo coberturas protectoras a processos torpes e ignóbeis com que, em certos espaços eclesiais, se organizam manifestações de cultura religiosa.

Vem isto a propósito das grandes parangonas com que esse jornal, no dia três do corrente mês, publicou as conclusões das chamadas “Jornadas Internacionais de Estudo” de Saragoça.

Em parangonas vinha isto: APROVADAS POR ACLAMAÇÃO AS CONCLUSÕES DAS JORNADAS SACERDOTAIS DE SARAGOÇA. Sob esse título transcreviam-se do *YA* de Madrid as conclusões sem uma palavra sobre os antecedentes, os concomitantes e os subsequentes das jornadas!

“Eu sou eu e a circunstância” – é a proposição mestra da doutrina de um conhecido filósofo dos nossos dias. Em informática, podemos dizer o mesmo: o facto é o facto e a sua circunstância, isto é, o facto é o facto e os seus antecedentes, concomitantes e subsequentes.

As conclusões – o facto – não as analiso. Não é este o lugar próprio. Direi apenas que a sua leitura deixou-me a íntima convicção de que elas são o grito afetivo de “Ó da Guarda!” que

os arquitectos das jornadas lançaram ao verificarem que têm debaixo dos pés uma medonha camada de areia movediça em que se vão afundando quando se julgavam em terra firme. Por outra, esses fabricantes das conclusões verificaram que os Bispos espanhóis andam a preparar os cristãos a pensarem por si próprios para que dos espanhóis não se diga o que os ingleses dizem dos irlandeses: cristãos *priest-ridden* (cristãos cavalgados por padres). Não analiso, pois, as conclusões. Mas o silêncio absoluto sobre a “circunstância” (gravíssima), toma as parangonas simplesmente repelentes e indignas de qualquer órgão de comunicação social que se preze.

Efectivamente, não posso pensar que os manipuladores da informação desse diário ignoravam em 3 do corrente mês que: 1) a chamada Fraternidade Sacerdotal Espanhola, organizadora dessas jornadas, fez constar, em larga e dispendiosa propaganda, que Paulo VI enviaria para elas a sua bênção e a Cúria Romana a sua representação; 2) *L'Osservatore Romano* de 14 de Setembro p. p. registava estas palavras do Prof. Alessandrini, o porta-voz oficial do Vaticano: “Estamos autorizados a informar que não tem qualquer fundamento a notícia do envio de uma bênção do Santo Padre para as chamadas Jornadas Sacerdotais...” etc.; 3) o mesmo porta-voz desmentia que a Cúria Romana estaria representada nas mesmas e acrescentava que tanto a reunião como a associação que a organiza, não têm a aprovação da

Conferência Episcopal Espanhola – o que foi confirmado depois pela “Comissão Permanente” desta.

Creio que esta “circunstância” chegava-e-crescia para desacreditar totalmente as tais jornadas, cujas conclusões mereceram as parangonas desse diário — o que me leva a pensar que não pode haver sinceridade quando nas suas colunas se fala frequentemente de fidelidade e obediência ao Papa, Bispos, etc. Dir-se-ia que se trata de fidelidade e obediência estratégicas e não evangélicas.

Monsenhor, não posso ver naquelas parangonas nem mais nem menos do que uma lamentável tentativa para ajudar as forças tenebrosas que se esforçam por neutralizar ou abafar o alcance do glorioso drama da dialéctica religiosa que se vai desbobinando em Espanha e que teve a sua expressão heróica na Assembleia Conjunta de Setembro do ano transacto, a qual, apesar de destinada a figurar como a página mais gloriosa da história religiosa de Espanha (mais gloriosa do que a página dos descobrimentos), provocou aquele documento sub--reptício, de triste memória, da Congregação do Clero, documento que o próprio Paulo VI exautorou – caso raro na história da Cúria Romana para não dizer único – declarando que não fôra por ele aprovado e que, por isso, não obrigava os Bispos espanhóis, tendo acrescentado que esperava que estes purificassem a Igreja em Espanha à luz das resoluções da Conjunta e renovado a sua paternal e amorosa confiança na

heróica figura da Igreja que é o Cardeal Enrique Y Tarancón.

Bem sei que o relato do YA fala de “alguns Bispos portugueses”. Mas o que não nos diz é se esses Bispos figuram no relato como Pilatos no Credo ou, por outra, como o Card. Daniêlou que, convidado a dizer qualquer coisa nas jornadas, “disse que não queria dizer nada”, isto é, que não queria pôr os pés naquele ninho de vespas de Saragoça...

Compreendo perfeitamente que nós, portugueses, ainda não tenhamos a coragem nem os instrumentos de trabalho que, como uma graça de um Pentecostes, choveram sobre os espanhóis habilitando-os para a renovação da sua Fé. Aguardemos, com confiança em Deus e nos homens, que chegue a nossa vez. Mas o que não nos é permitido é, partindo da nossa pobreza, interferir na dialéctica religiosa espanhola para a deturpar. Deixemo--los em paz. Pode ser até que nós consigamos fazer a mesma marcha mais comodamente, por boleia dos espanhóis, pois as conclusões da Conjunta revolvem a problemática religiosa espanhola que se apresenta como uma irmã gêmea da nossa problemática que nós, não tendo a coragem de revolver, andamos a contornar.

Sempre lamentei a frieza desse jornal a respeito da corajosa marcha da Igreja em Espanha. Pensei mesmo que era uma frieza estrategicamente calculada. Mas a frieza não me impunha esta carta. Não posso dizer o mesmo



das parangonas que, “reclamando” as conclusões, representam uma cobertura protectora de processos indignos. Não, Monsenhor, não posso continuar a ajudar com o preço da minha assinatura essas coberturas – o que vou comunicar à Administração desse jornal. Espero que isso não prejudique a nossa amizade.

Vou enviar cópias desta carta a todos os Bispos da Metrópole. Um padre português ser ou não assinante de um jornal como *Novidades* pode

não interessar à Igreja. Mas as razões por que um padre português chegou à conclusão de que “em consciência” não deve continuar a ser assinante de um tal jornal pode interessar muito a um Bispo.

Com amizade e admiração de sempre.

*Vila Franca de Xira,
6 de Outubro de 1972.*

Padre Vasco Moniz

**(Carta de Vasco Moniz
ao Pró-Vigário do Patriarcado,
a propósito da romaria de Nossa
Senhora de Alcamé)**

Mons. D. João de Castro
Pró-Vigário do Patriarcado

Tenho presente a carta de V. Exa. Rev.^a de 17 de Junho p.p., a propósito da romaria de Alcamé.

Estas linhas pretendem exprimir o que sinto a respeito da romaria em si e das consequências que dela já resultaram e das que no futuro resultarão.

Se nas minhas palavras, V. Exa. Rev.^a encontrar alguma que justamente se preste a ser interpretada como falta de respeito, desde já considere-a por mim retirada.

Começo por lembrar os trâmites que a ideia da romaria seguiu no ano transacto.

No princípio do mês de Junho de 1972 apareceram-me dois paroquianos de Castanheira do Ribatejo – ainda não conheço nenhum paroquiano de Vila Franca de Xira que faça ou tenha feito parte da chamada comissão da romaria de Alcamé! – a comunicar-me que tinham estado no Patriarcado para solicitar autorização para a romaria, integrada na ruidosa Festa Brava do Colete Encarnado e que aí lhes fora dito que as diligências deviam começar pelo pároco de Vila Franca, pois Alcamé é Vila Franca e não Castanheira do Ribatejo. Observei-lhes que estranhava que ignorassem esta exigência rudimentar de qualquer

iniciativa do género.

A respeito da criação de uma romaria integrada na Festa Brava, fiz-lhes considerações sobre o pouco favor de que hoje as romarias gozam nos moldes em que se pretende vazar as linhas pastorais no Patriarcado; que as romarias existentes, quase todas elas, estavam em questionamento, pois não podemos deixar de atribuir a elas, em grande parte, a deturpação, a corrupção e até a prostituição da Fé entre nós; que as romarias existentes, não podendo ser suprimidas, são apenas toleradas; que, por isso, eu, se não tinha poderes para suprimir uma existente, não podia em consciência e sem trair o esforço de renovação e purificação da Fé, aprovar e muito menos apoiar a pretensão dos dois de criar uma nova romaria com a agravante da sua integração no Colete Encarnado ou mesmo desligada dessa Festa Brava.

A minha informação seria, pois, pura e simplesmente desfavorável.

Pediram-se então que eu fizesse o requerimento e lhe juntasse a informação. A isto respondi que não tinha sentido eu redigir o requerimento solicitando autorização e juntar-lhe eu próprio uma informação desaconselhando o solicitado; que fizessem eles o requerimento, ao qual eu juntaria a informação.

Depois disto, pediram-me que indicasse um padre que se encarregasse do serviço religioso da romaria. Observei-lhes que indicar eu um padre para um serviço que eu, por motivos de consciência, não fazia, era dizer que o padre indicado não tinha quaisquer

preocupações de consciência, era insultar o colega – o que eu não estava disposto a fazer, pelo que os dois deviam tratar de o arranjar por iniciativa própria.

Passados uns dias, fiquei sabendo, pelos programas da Festa Brava, que a romaria fora autorizada sem que eu fosse ouvido.

Nessa altura procurei V. Exa. Rev.^a, porque sabia que V. Exa. Rev.^a e o Sr. D. António de Castro Xavier, então arcebispo de Mitilene, tinham tratado do assunto. V. Exa. Rev.^a disse-me que aqueles dois paroquianos de Castanheira do Ribatejo haviam afirmado que eu tinha delegado os meus poderes num determinado padre desta Vigararia – o que era pura e simplesmente falso, como lhe disse na altura, narrando o meu encontro com os referidos paroquianos de Castanheira; V. Exa. Rev.^a falou-me de um “técnico de liturgia” que teria estado em Alcamé e que havia prestado informações, ao abrigo das quais fora autorizada a romaria.

A romaria fez-se; um padre desta Vigararia fez o serviço religioso. Estes os factos que merecem uma análise séria, pois põem a seguinte reflexão:

1 – A “Comissão” de que V. Exa. Rev.^a fala, quem é que a compõe? Dois paroquianos de Castanheira do Ribatejo, pois não conheço nenhum paroquiano de Vila Franca que dela faça parte. Estará isto dentro das normas que regem as festas e romarias? Não, evidentemente.

Se esses dois paroquianos de Castanheira do Ribatejo não foram

leais quando lhe disseram que eu havia delegado os meus poderes num determinado padre desta Vigararia – falta de lisura e honestidade da qual V. Exa. Rev.^a foi informado por mim – porque não foram eles chamados à responsabilidade? Quando as relações entre pessoas enveredam por linhas tão tortuosas, ficamos sem saber o que pensar das coisas e das pessoas.

2 – Alguns colegas meus, entre os quais um Vigário Forâneo e um vice-reitor de um Seminário do Patriarcado, disseram-me que não compreendiam a razão por que eu resolvi criar uma nova romaria na paróquia. Tive que esclarecer os colegas para que ninguém me responsabilizasse pela romaria e desconfiasse da minha coerência.

3 – Do “técnico de liturgia” de quem V. Exa. Rev.^a me falou no ano passado, eu não discuto a competência simplesmente porque a não conheço, mas não posso acreditar que alguém se possa aperceber intuitivamente, numa visita fugaz e como que por um “golpe de ciência infusa”, do sentido cristão de uma romaria integrada na Festa Brava, sem consultar o pároco que, não sendo um “técnico de liturgia”, tem a obrigação de ser pelo menos um “técnico de ideias gerais” não no sentido da frase do Marechal Liautey mas no sentido da linha pastoral.

Mais ainda: o “técnico de liturgia” conhecerá os problemas agudos que em boa hora a sociologia levantou e a literatura neo-realista divulgou sobre a zona onde está implantada a Capela de Alcamé? Pois, Monsenhor, essa zona foi o berço da literatura neo-

realista e as ideias por ela divulgadas constituem hoje o património da consciência, humana ou cristã, do ribatejano esclarecido.

4 – No ano passado, leigos esclarecidos desta paróquia lamentaram que fosse relativamente fácil a criação, no Patriarcado, de novas romarias contra o parecer do pároco desde que sejam patrocinadas por determinadas pessoas de determinada condição, mesmo que não sejam da paróquia.

Devo dizer que eu, pessoalmente, achei que a solução dada por V. Exa. Rev.^a e pelo Sr. D. António de Castro Xavier à pretensão dos dois paroquianos de Castanheira foi uma solução tributária daquilo a que certos sociólogos e teólogos dos nossos dias chamam “Complexo do Pergaminho”, tendência que leva certos dirigentes eclesiais a sacrificar, instintivamente e por princípio, ao que é “antigo”, “nobre” e “rico”, embora ultrapassado e prejudicial ao interesse da Fé, o que é novo, pobre, racional e reformador na linha de evolução que a Igreja se impôs a si própria.

Nos meios mais apostólicos desta paróquia ficou patente que a solução dada era fruto desse “Complexo do Pergaminho”. Houve até um paroquiano que, num grupo, comentou assim: “Pode ter a certeza, Pe. Moniz, de que se fosse eu, com alguns deste grupo, a pedir autorização para uma romaria contra o poder do pároco, éramos todos recambiados!”

5 – A romaria começou por uma cavalada vistosa que partindo do

Campo do Cevadeiro – Praça de Toiros, dirigiu-se à Capela de Alcamé. Eram os romeiros! Praça de Toiros – ponto *a quo*; Capela de Alcamé – ponto *ad quem*!

Que fruto pastoral se pode colher de um contraste de tão mau gosto!? Que a cavalgada era bonita e garbosa – isso é verdade, Monsenhor! Podia até ofuscar a grandiosidade da famosa “Cavalgada Fantástica” de John Ford, dos anos 40! Só que debaixo das ferraduras daquelas dezenas de cavalos ficou esmagada a pastoral que o Sr. Cardeal-Patriarca, após laboriosos esforços, acabava de gerar e a poeirada levantada pela corrida ficou como um símbolo da confusão em que se mete o espírito daqueles que ainda alimentam a Esperança de purificar a sua Fé. Se, como simples folclore, a cavalgada até podia ter interesse, como romaria representou um burlesco e pernicioso acto de transferência fenoménica da Fé, que ninguém conseguirá vazar dos moldes pastorais que a própria Diocese vai laboriosamente fabricando, provocado unicamente pelo capricho e desejo de exibição dos seus organizadores, aos quais V. Exa. Rev.^a não soube opor um evangélico, salutar e profético “Não!” V. Exa. Rev.^a fala-me na carta do espírito cristão da romaria. Espírito cristão? Ele encontrava-se na romaria como certos raminhos de salsa se encontram em certas travessas de *mayonnaise* de pescada: simples ornamentação! E nada mais.

Referi-me a consequências da

romaria. De algumas já falei pelo menos como um estado de espírito. Falei agora mais concretamente de duas, não porque não haja outras, mas porque destas duas é preciso que V. Exa. Rev.^a tome conhecimento urgente.

A primeira: quando V. Exa. Rev.^a e o Sr. D. António de Castro Xavier resolveram autorizar a romaria no ano passado contra o parecer do pároco ou, melhor, dispensando esse parecer, era minha intenção escrever ao Sr. Cardeal-Patriarca pedindo-lhe que me dispensasse das minhas funções paroquiais, não tanto porque a solução dada fosse humilhante para mim — pois o sector esclarecido da paróquia interpretou-a mais como comprometedor para o Patriarcado do que para mim — mas porque me pareceu que não valia a pena responder por uma paróquia, em que influências estranhas à mesma, apoiadas pelo Patriarcado, desviavam teimosamente os rumos traçados para a Pastoral.

Mas não escrevi por duas razões: primeiro, porque o Sr. Cardeal-Patriarca, completamente estranho ao assunto da romaria, andava demasiadamente sobrecarregado com os graves problemas pastorais da Diocese, pois tratava-se do seu primeiro ano de pontificado, e eu resolvi não agravar as suas preocupações com o caso de Vila Franca; segundo, porque eu andava na altura com o pesado encargo das obras de ampliação da Igreja Paroquial orçamentadas em mais de dois mil contos; deixar a paróquia numa altura assim, podia ser injustamente interpretado como um

acto de cobardia da minha parte para fugir aos trabalhos que me esperavam endossando-os ao meu sucessor.

Ora, a primeira razão deixou de existir; a segunda ainda permanece. Por isso, resolvi pedir a S. Eminência que me desligue da paróquia logo que as obras estejam concluídas e pagas.

A segunda: já antes do caso da romaria, o Sr. D. António de Castro Xavier, com a sua política de mobilizar padres contra padres desta Vigararia, havia destruído a unidade que sempre existiu entre os padres da mesma; o Sr. Cardeal-Patriarca no primeiro ano do seu pontificado, conseguiu, em grande parte, recompor a unidade perdida; o caso da romaria destruiu-a novamente, pois foi um padre da Vigararia quem fez o serviço religioso em Alcamé.

Oportunamente, já havia dito ao Sr. D. António de Castro Xavier que V. Exa. Rev.^a andava a criar problemas, cuja solução podia amargar o pontificado do Sr. Cardeal-Patriarca. É meu dever repetir o mesmo a V. Exa. Rev.^a

V. Exa. Rev.^a criou, juntamente com o Sr. D. António, este problema e continua agora a agravá-lo, pois não acredito que o Sr. Arcebispo de Mitilene conheça todos os meandros desta infeliz romaria.

Resta-me agora rezar: que Deus ilumine a todos nós!

*Subscrevo-me respeitosamente,
Pe. Vasco Moniz*

N.B. — Darei conhecimento desta carta a todos os interessados: Sr.

Correspondência entre Vasco Moniz, o Cardeal-Patriarca e o Papa, referente à passagem ao estado laical de Vasco Moniz

Eminentíssimo e Reverendíssimo
Senhor Cardeal-Patriarca de Lisboa

Já depois do 25 de Abril, em Outubro de 1974, Vasco Moniz escreveu ao Cardeal-Patriarcal de Lisboa, pedindo a dispensa das suas funções sacerdotais, ou seja, a passagem ao estado laical.

A distância entre Vasco Moniz e a hierarquia da Igreja era cada vez maior e, como ele próprio afirmou nessa carta, “voltar a exercer o ministério sacerdotal seria abafar a voz da minha consciência”, pelo que se decidiu pelo afastamento. Despediu-se da paróquia em 1974, mas o processo de passagem ao estado laical só deu entrada no Tribunal Patriarcal no final de 1976, tendo recebido autorização vaticana de dispensa de ordens sacras a 14 de Março de 1977.

1 – Com os meus respeitosos cumprimentos, venho lembrar a V. Eminência reverendíssima a minha carta, enviada em Outubro de 1974, em que por razões na mesma invocadas, pedia que eu fosse dispensado, ao abrigo das disposições canónicas pertinentes, de todas as minhas funções sacerdotais, isto é, de todos os deveres e direitos canónicos inerentes à minha condição de presbítero da Igreja Católica Romana. Dizia mais na minha carta: que não empregava termos como “redução ao estado laical” ou outros, na altura, aventados, por me parecerem pouco correctos mas que o que pedia era precisamente o que se pretendia exprimir por esses termos.

2 – Em resposta ao pedido, teve V. Eminência Reverendíssima a amabilidade de se deslocar até Vila Franca para me dizer, entre outras coisas, que não daria andamento ao meu pedido e que me dava um ano para eu repensar o assunto.

3 – Volvidos mais de dois anos sobre o assunto, venho dizer a V. Eminência Reverendíssima o seguinte: aceitei o conselho de V. Eminência Reverendíssima porque me pareceu que, apesar de toda a ponderação que

precedeu a minha resolução, podia ter havido qualquer pormenor que tivesse escapado à minha análise.

Verifico, hoje, que as razões invocadas permanecem mas, infelizmente, agravadas ainda mais.

Continuar na situação em que me encontro seria abandonar-me aos olhos não apenas da comunidade religiosa mas também da comunidade civil. Mais ainda: seria abandonar-me as meus próprios olhos – e eu não resigno a isso.

Voltar a exercer o ministério sacerdotal seria abafar a voz da minha consciência que não se conforma com o que se exige do padre, e exercer o ministério sacerdotal contra as exigências da consciência é impostura, que certas habilidades podem disfarçar mas nenhuma Fé religiosa pode desculpar (abstenho-me de dizer o que pensa disso a comunidade civil consciente).

A única coisa que pode libertar a minha consciência é o estatuto que peço para mim: o estatuto de cristão católico, isto é, o estatuto que me permita exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à condição de cristão católico – e eu, na situação em que me encontro, não posso exercer aqueles nem cumprir estes.

4 – Não tenho a mais ligeira saudade dos anos vividos no exercício do ministério sacerdotal, pelo menos a partir do despertar da minha consciência para os valores que não tinham o direito de cidadania na Instituição Eclesiástica, e para

o repúdio de certos valores que a Instituição consagrou e ainda consagra e que não são senão contra-valores que muito têm prejudicado o homem.

Apenas um exemplo: numa famosa reunião do Clero do Patriarcado que está na base das tentativas de renovação pastoral da Diocese, eu levantei a questão da revisão da Concordata, nomeadamente na parte que regula a proibição do divórcio civil aos casados religiosamente.

Foi a partir dessa atitude que comecei a ficar marginalizado. Semanas depois, o Dr. Sá Carneiro e o seu grupo de Deputados levantaram o mesmo problema na antiga Assembleia Nacional.

Todos nós conhecemos a insensata e velhaca propaganda que os meios “religiosos” fizeram contra o Dr. Sá Carneiro. A Instituição Eclesiástica calou-se e, em silêncio, foi mobilizando as forças que pôde para essa propaganda. Faço justiça a certos movimentos favoráveis, mas muito tímidos, que nasceram e morreram nos meios religiosos do Porto. O certo é que o Dr. Sá Carneiro ficou liquidado nos meios “religiosos”.

Vem o 25 de Abril e o Dr. Salgado Zenha, então Ministro da Justiça, acolhido com diplomática delicadeza e compreensão pelo Episcopado Português e pelo Vaticano, resolve o problema como que por encanto! Será que o que era imoral antes do 25 de Abril passou a ser moral depois dessa data?

5 – O Sr. Patriarca, de certo, que

deve estar em condições de avaliar o drama de quem, em consciência, está convencido de um valor, mas por dever de ofício (neste caso, o ofício sacerdotal) tem que pregar e impor um contra--valor. Compreendo a posição do padre que de facto está convencido de que prega um valor quando realmente está pregando um contra-valor. Esse padre pode ser até feliz, mas nada mais será do que isso... Porém, o que se verifica é que, conforme a direcção dos ventos, afina-se a pregação! Não, Sr. Patriarca, não me conformo com essa pastoral.

O espectáculo que o Clero deu depois do 25 de Abril, em vez de me levar a rectificar as minhas convicções, resolveu-me a renovar o meu pedido de ficar completa, definitiva e legalmente dissolidarizado da classe clerical.

6 – Ao que escrevi na carta de Outubro de 1974, acrescento:

Neste momento estou a tratar de papelada para contrair matrimónio que eu quero que seja religioso.

Não pretendo – e detesto-o – realizar qualquer paródia de casamento religioso, como já se tem feito no Patriarcado e noutras Dioceses do País.

Acho que dentro de um mês pode vir a dispensa, pois nenhuma burocracia, muito menos a eclesiástica, pode dar-se ao luxo de pretender abafar e, assim, agravar os dramas humanos.

7 – Em vista do que ficou dito, agradeço a V. Eminência Reverendíssima que mande promover o meu processo de dispensa de forma a que dentro de um mês eu fique habilitado a pôr termo a esta situação.

Mais agradeço que me dispense de encontros pessoais para tratar deste assunto, pois eles não resolvem nada e podem agravar os dramas.

Peço ao Sr. Patriarca que não estranhe enviar esta carta com aviso de recepção. É unicamente para eu ter a certeza de que ela chegou às mãos do Sr. Patriarca.

Desejando a V. Eminência Reverendíssima todo o bem desejável, subscrevo-me respeitosamente.

*Vila Franca de Xira,
15 de Dezembro de 1976*

*Padre Vasco Francisco
do Rosário Moniz*

Senhor Padre Vasco Moniz:

Recebi hoje a carta que me escreveu, em 15 do corrente. E, embora ela tenha sido para mim motivo de tristeza, quero agradecer-lhe e dizer-lhe que farei quanto estiver ao meu alcance para lhe facilitar a obtenção da graça pedida.

Hoje mesmo, envio ao Tribunal Patriarcal a sua súplica, para que se dê início ao processo. Não creio que seja possível obter-se a dispensa dentro de um mês. Casos idênticos costumam demorar cinco ou seis meses.

Peço-lhe a fineza de, em carta dirigida ao Santo Padre, formular o pedido de redução ao estado laical e de dispensa das obrigações sacerdotais, visto a Santa Sé não conceder uma coisa sem a outra. Essa carta poderá mandá-la directamente ao Senhor Cônego Isaías da Rosa Pereira, que a incluirá no processo como primeiro elemento indispensável.

Nas proximidades do Natal do Senhor, apresento-lhe meus votos de Santas Festas e de Ano Novo abençoado.

Santidade

Cidade do Vaticano – Roma

Peço a V. Santidade que aceite os meus filiais cumprimentos de saudação. Sou um padre goês – antiga Índia Portuguesa – que, desde 1940, trabalha no Patriarcado de Lisboa.

Ordenado em Goa no ano de 1937, estive em Roma onde tirei licenciatura em Teologia na Universidade Gregoriana.

Desde 1940 que me encontro no Patriarcado de Lisboa. Em 1941, o então Patriarca de Lisboa confiou-me a paróquia de Vila Franca de Xira, onde me conservei como pároco até Outubro de 1974 – data em que, mediante carta ao meu actual Bispo, Exmo. Sr. Cardeal D. António Ribeiro, desliguei-me do cargo.

Há mais de dois anos que não exerço qualquer função sacerdotal. E isto, por motivos de consciência que passo a expor sucintamente:

1 – Não tenho a mais pequena razão de queixa, na linha pessoal, contra os Bispos que servi durante todo esse tempo (1940-1974).

O Sr. Cardeal D. Manuel Cerejeira tratou-me sempre com a maior compreensão durante os primeiros longos anos que trabalhei no Patriarcado. Do Sr. Cardeal D. António Ribeiro, meu actual Bispo, direi o mesmo em relação ao breve espaço de tempo em que estive ao serviço do Patriarcado, no seu pontificado.

2 – Independentemente das minhas

relações pessoais com os meus Bispos, eu, de há mais de 10 anos, não me sinto realizado na vida sacerdotal. Mais; sinto-me, hoje, asfxiado nessa vida.

Comecei a ver toda uma gama de valores autênticos que, se não em teoria, na prática eram considerados na pastoral contra-valores, enquanto uma outra gama de padrões de moral era consagrada pela pastoral mas que, à luz da razão e do evangelho, não passava de uma gama de contra-valores sem nenhuma consistência.

Não digo isto com intuitos polémicos que não teriam qualquer sentido numa petição como esta. Trata-se apenas de situar e localizar a génese da minha asfixia na vida sacerdotal.

3 – Esperei mais de dois anos continuando a analisar todos os pormenores da minha asfixia e cheguei à conclusão de que as razões que me levaram a desligar-me das funções sacerdotais não só continuam mas apresentam-se mais agravadas ainda.

Continuar na situação em que me encontro seria abandonar-me aos olhos não apenas da comunidade religiosa ou eclesástica mas também da comunidade civil. Mais ainda: seria abandonar-me aos meus próprios olhos – o que constitui, para mim, o pior estado de espírito. Voltar a exercer o ministério abafando a voz da minha consciência seria explorar uma linha de hipocrisia que o meu espírito não comporta.

Assim, a única coisa que pode libertar a minha consciência é o estatuto que peço a V. Santidade para mim: o

estatuto de cristão católico, isto é, o estatuto que me permita exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à condição de cristão católico – e eu, na situação em que me encontro, não posso exercer aqueles nem cumprir estes.

4 – V. Santidade poderá avaliar o drama de quem em consciência está convencido de um valor mas por dever de ofício (neste caso o ofício sacerdotal) tem que pregar e até impor o seu contra-valor... Compreendo a posição do padre que, de facto, está convencido de que prega um valor quando, realmente, está a pregar um contra-valor. Esse padre pode julgar-se e, até, ser feliz, mas nada mais será do que isso. Mas um padre condenado a

pregar como um valor o que ele, em consciência, julgue um contra-valor – é um infeliz!

Em vista do breve retrato que acabo de esboçar do meu estado de espírito, peço a V. Santidade que se digne dispensar-me de todas as funções sacerdotais, isto é, e para empregar expressões convencionais, “reduzir-me ao estado laical” e dispensar-me de todos os deveres e direitos inerentes à minha condição de presbítero da Igreja Católica.

Deus conceda a V. Santidade todas as graças de que necessita.

*Padre Vasco Francisco
do Rosário Moniz*



O homem “subversivo”

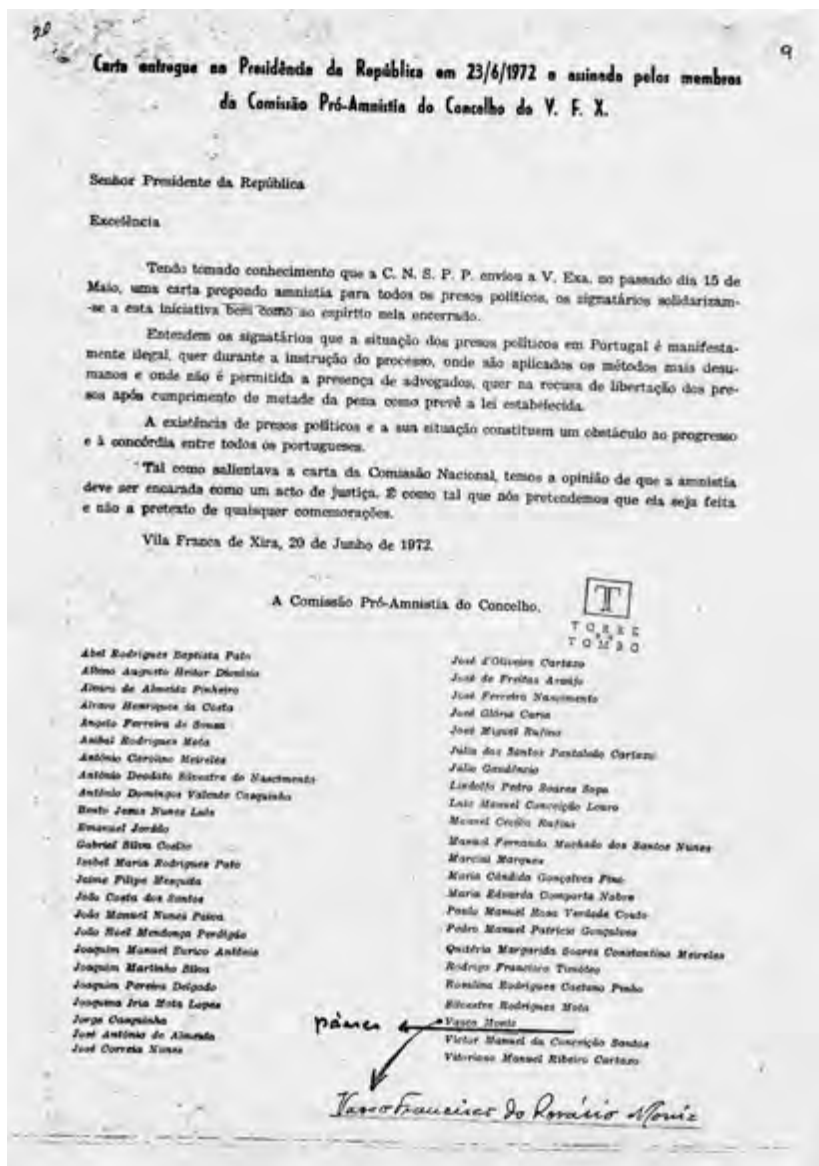
O seu espírito progressista, evidenciado nos artigos que escrevia nos jornais e no *Boletim Paroquial*, as suas homilias pouco ortodoxas, as reuniões do Secretariado Paroquial – onde se discutiam não só questões referentes à paróquia, mas também problemas sociais e laborais –, para além da contribuição regular para apoio às famílias dos presos políticos, valeram-lhe a atenção por parte da PIDE/DGS.

Nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo encontram-se dois processos relativos a Vasco Moniz, com documentação vária e onde este é classificado como não oferecendo “garantia de cooperar na realização dos fins superiores do Estado”, pomposa designação para aqueles que, de alguma

forma, não se enquadravam no espírito do regime.

Entre esses documentos encontram-se: um abaixo-assinado subscrito por Vasco Moniz, entre outros, que propunha a amnistia para todos os presos políticos; uma denúncia feita pelo Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira em funções em 1973, “alertando” a PIDE/DGS para o comportamento “suspeito” de Vasco Moniz; várias informações de agentes da PIDE/DGS, infiltrados em algumas reuniões realizadas na paróquia; um auto de busca a uma residência – o célebre “34” – propriedade do CASI, onde foram apreendidos materiais clandestinos de propaganda política.

Não é, pois, de estranhar que tanto a *Voz do Catraio* como o *Boletim*



CONFIDENCIAL

S  R

*744.372
854*

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

Exo. Sr.
Director - Geral de Segurança

Solite a informação sobre a identidade de pessoas e inform. a ser ver. em respeito as medidas em vigor.

27.6.73

Assunto: Pároco da Freguesia de Vila Franca de Xira

1 Por considerar bastante grave no seu al. ~~al.~~ a intenção, lavo ao conhecimento dessa Direcção-Geral de Segurança uma ocorrência passada dentro da Igreja Paroquial desta Vila no dia 10 de Junho do corrente ano.

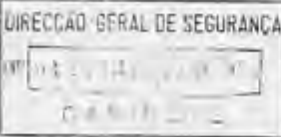
2 Assim no dia indicado no parágrafo anterior, dia solene em que em toda o País, em cerimónias patrióticas se celebrou o dia da Raça, prestando homenagem aos que defendem, defenderam ou deram o seu próprio sangue na defesa da integridade do solo pátrio, aqui em Vila Franca de Xira, um padre se assim se pode considerar por estas e outras atitudes tomadas, faz distribuir na Missa das 11.30 horas, hora em que no Terreiro do Paço ainda estão desfilando os nossos soldados, o PANFLETO de que junto fotocópia.

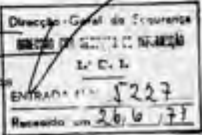
3 Julgo que seria conveniente que o órgão de Segurança Nacional que V.Exo. dirige tomasse medidas de vigilância sobre o referido prior um especial no que se refere às suas famílias durante as missas.

Apresento a V.Exo. os meus cumprimentos

A Bem da Nação
O PRESIDENTE

Foi feita uma fotocópia p/ ser encaminhada a S.N. 26/6/73





CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Exm^{as}. Senhor
Presidente da Câmara Municipal
do Concelho de

VILA FRANCA DE XIRA

Of.51

20-6-973

1198-1^a.D.I.

29-6-973

PÁROCO DA FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

Em referência ao assunto tratado no officio acima indicado, tenho a honra de solicitar a V.Ex^{sa}. se digne informar esta Direcção-Geral da identidade completa do pároco a que no mesmo se alude .

Entretanto, informo V.Ex^{sa}. de que vão ser adoptadas as medidas consideradas convenientes.

Apresento a V.Ex^{sa}. os meus melhores cumprimentos.

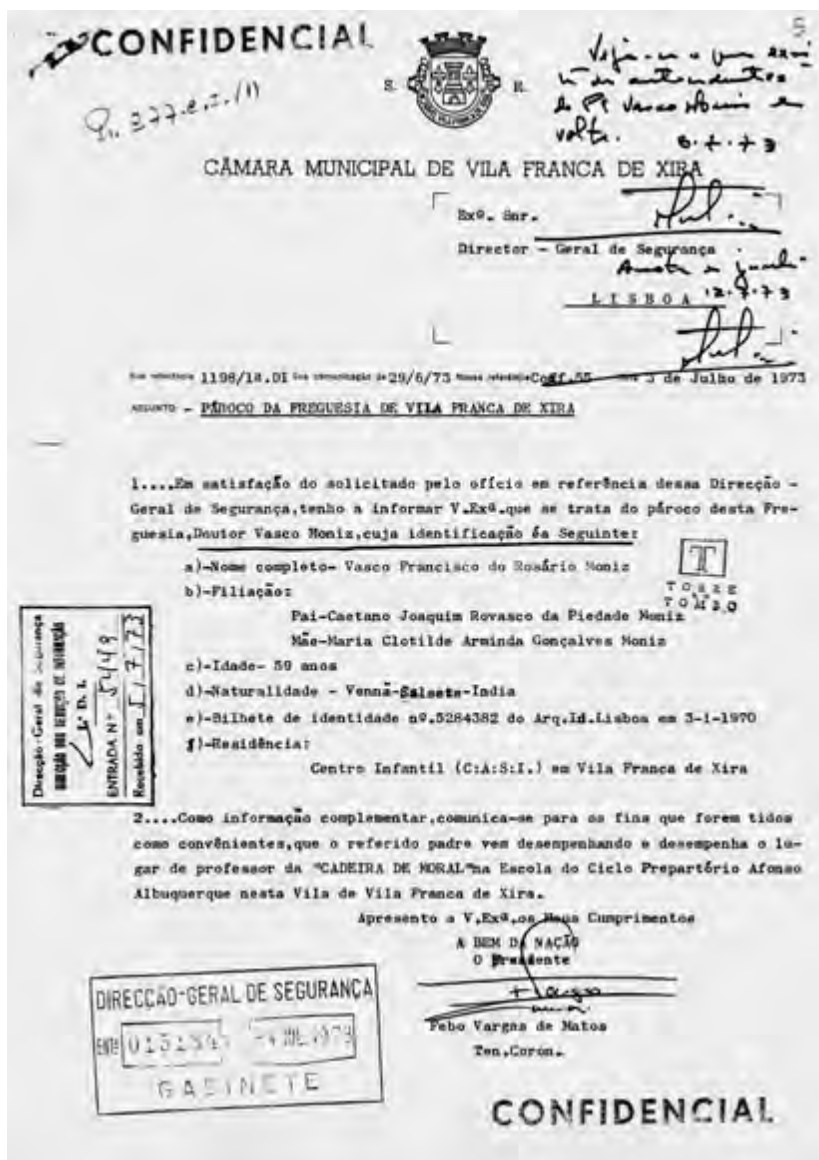
T

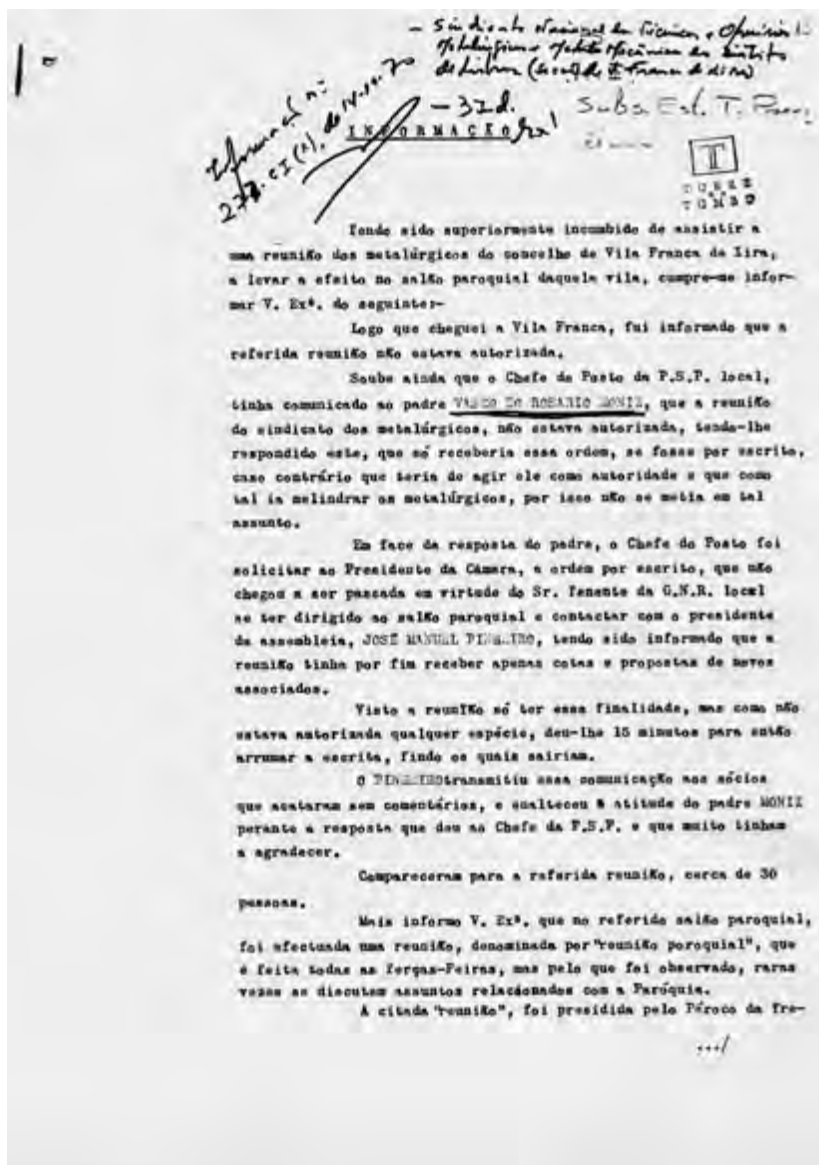
TOMAZ
TOMASO

A Bem da Nação

O DIRECTOR-GERAL,

JG/MC.





/...

guesia, SR. VASCO DO ROSARIO MONIZ, encontrando-se presente tambem, o padre CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA CRUZ, exercendo naquela localidade e cerca de 20 pessoas, na sua maioria jovens.

O referido padre MONIZ, ao iniciar a "reuniao", começou por criticar a atitude tomada pelo Comandante do Posto da P. S.P. daquela Vila, por este o ter aconselhado a terminar com a reuniao do sindicato dos metalurgicos, dizendo ao mesmo tempo que não acatava as ordens daquele Chefe, nesse sentido, tendo sido calorosamente apoiado pelos presentes.

Seguidamente elogiou a atitude tomada pela juventude de Vila Franca de Lira, nos varios "movimentos", ali criados, incentivando-os a continuarem nas suas reivindicações a que tenham direito, contando totalmente com o seu apoio.

Em determinada altura, começou por dizer que já era tempo de acabar com o periodo da pré-história.

Um dos presentes, cujo nome desconheço, perguntou qual o motivo porque não se rezava o terço em Vila Franca, à semelhança de outras localidades, ao que o padre respondeu que não tinha nada que ver com outras localidades, ou por outra, com a que se fazia noutras localidades, mas sim com os assuntos da referida vila, pois que nem dava importância à maior parte dos assuntos que recebia do Cardeal, pois que ainda há pouco tinha recebido um comunicado do Patriarcado, para não aborrecer mais o Senhor Cardeal, mas que continuava a atacá-lo sempre que tivesse oportunidade, terminando por dizer que tinham de acabar com os capitalistas.

T
C O R R E
T O R E S

Lisboa, 14 de Outubro de 1970

O Agente,
Agente dos Papas Salazar
Celestino dos Anjos Sabino

Centro de Assistência Social
Infantil-Vila Franca de Xira
- 10 Im.

DIRECÇÃO-GERAL DE
SEGURANÇA

Informação

À D.S.Inf.
3-7-71
a) J.M.Fasso

Visto. Referência.
3-7-71
a) Mortágua

Excelentíssimo Senhor

Em cumprimento da determinação superiormente, foi passada uma busca hoje ao quarto ocupado pelo detido JOSE PEDRO MOREIRA SOARES, no Centro de Assistência Social Infantil, sito no Bairro do Casal, nº 34, em Vila Franca de Xira.

O referido Centro é administrado pelo padre CRUZ, indivíduos bastante referenciados nesta Direcção-Geral.

Conforme Auto de Busca e Apreensão lavrado naquela residência, foi encontrada bastante e variada propaganda político-subversiva, nomeadamente exemplares do "Jornal Avante" e cerca de 2.000 exemplares do panfleto intitulado "Abaixo a repressão fascista", sendo autografados pela Direcção da Organização Regional de Lisboa do Partido Comunista Português, além de vários cartazes e dipticos representando figuras revolucionárias e comunistas.

Durante a citada busca, encontravam-se ou entraram na residência visada, as seguintes indivíduos:

.....
.....
.....

Dada a grande quantidade de cartazes e panfletos de natureza subversiva encontrados nas várias dependências daquele Centro de Assistência, foi também passada uma busca às mesmas, na presença do diácono CRUZ, ali residente, como consta do respectivo auto de busca e apreensão junto por fotocópia.

Juntam-se alguns exemplares dos panfletos apreendidos.

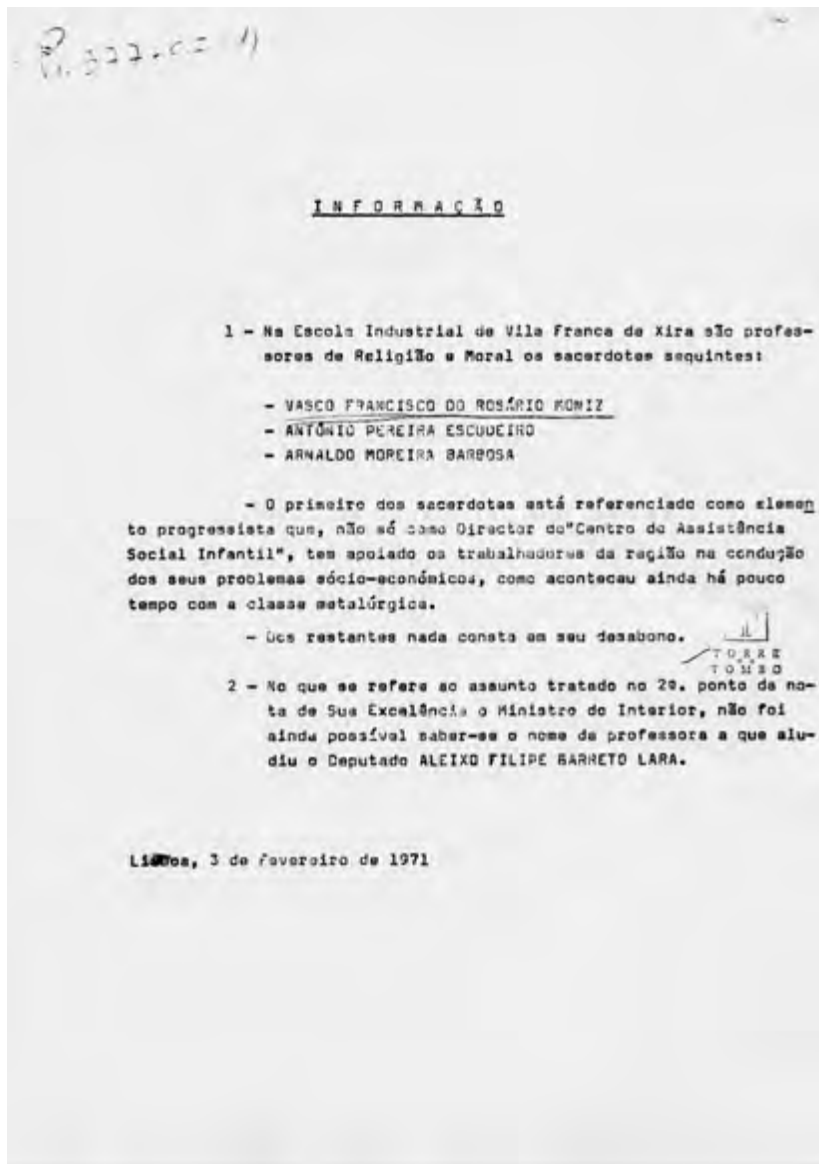
O aspecto geral do Centro e a frequência de pessoas suspeitas, dão nota evidente de que o mesmo vai sendo utilizado para fins diferentes daquele para que foi criado, nomeadamente no que se refere à subversão e prática de actos ilícitos.

Lisboa, 1 de Julho de 1971

O AGENTE,
a) Tompílio do Rosário

Handwritten notes:
A documentação a que se refere a presente informação, encontra-se no Prov. do Correio Soares
Tiveram-se cópias da Parte que interessa para o Proct. do Inquérito e Sonorato a Padre Moniz.
a) Grade

Handwritten stamps:
Visto
3-7-71
1042



- 3 Incl.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
COMANDO-GERAL DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

2ª. REPARTIÇÃO
1.ª SECÇÃO
SERVIÇOS INF.

Assunto: Reuniões suspeitas

Exmº. Senhor
Diretor-Geral de Segurança

LISBOA

213.61
31.255/70

6946170

7.0.12.30

Tenho a honra de comunicar a V. Exª. para os fins convenientes, a notícia prestada pelo Comandante do Posto da P.S.P. da Vila Franca de Xira, que é do teor seguinte:

"Pelas discretas averiguações a que se procedeu junto da moradia nº. 34 do Bairro do CASI (Centro de Assistência Social Infantil)-Vila Franca de Xira, propriedade do referido Centro e de que é director o reverendo Padre Vasco do Rosário Moniz, pároco desta Vila, em cuja moradia de sotão pisos reside um CASI e três rapazes, vêm-se realizando ali as sextas feiras reuniões disfarçadas com toques de instrumentos musicais e cânticos e com recitações de poemas, onde normalmente também comparece o Padre Fenhais. É muito embora se não possa provar que as trez da política por ser no interior daquela moradia nem terem havido reclamações, afigura-se-me que o fim se vista ao poder o de se relacionar com política e sob o disfarce dos instrumentos musicais, em conseqüência de nas mesmas não faltar o já conhecido diácono CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA CRUZ, subdirector do referido CASI, bem como bastantes jovens de ambos os sexos, todos conhecidos do antecedente por fazerem parte activa da CDE. Entretanto, tendo exposto os factos mencionados ao Exmº. Presidente desta Câmara Municipal sugerindo-lhe para ser chamada a atenção do Padre Moniz para os factos, visto se tratar da pessoa intimada para solucionar o assunto, ao que se foi respondido para esperar alguns dias. Decorridos porém os dias indicados, foi-se transmitido pelo Exmº. Presidente que tinha entrado em contacto com o Padre Moniz, mas que este havia dito que não intervinha directamente no CASI, razão por que submeto o conteúdo da presente informação a digníssima apreciação de V. Exª. para os fins convenientes.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exª. os meus melhores cumprimentos.

A bem da Nação
O COMANDANTE-GERAL

Tristão Carvalhães
Brigadeiro

Recepção - Geral de Segurança
Unidade de Serviços de Informação
Centro de Informação (7)

ENTRADA Nº 3104
Registado em 12/5/70

MAI 1970

SECÇÃO CENTRAL

1/DA.

Mais 2 - C - A - 444.541 - 4330 - 77 - A - Centro de Xira

- Copiar e distribuir -
- 21 Jul. -

CONFIDENCIAL

- para ser lida nas igrejas -



A prisão do Padre José da Felicidade Alves, lereada a sala pela Direcção Geral de Segurança na passada 2ª. feira, 18 de Maio, e como que a pedra que faz transbordar um vaso demasiado cheio.

Mão é o simples facto de o preso ser um padre, que nos move, entendendo que os padres devem responder pelas suas acções, no plano jurídico, exactamente como os outros cidadãos.

No entanto, o facto de ser preso o P. José da Felicidade Alves, homem que nos habituamos a considerar e respeitar, torna mais evidente - e agudiza - a dor dos demais - como são precárias as justificativas com que se encobre, ao menos pela imprensa, a repressão e todo o que não obedece ao rigor oficial.

Tanto quanto sabemos, é o P. José da Felicidade Alves acusado de organizar os cadernos GEMCO.

Consequência por achar irracional que o acusado não possa combater e defender, que mais não seja a um advogado, a totalidade das acusações que lhe são feitas.

Na acusação de que a acusação se refere aos cadernos GEMCO, declarou-se que nos parece irracional que seja considerada crime contra a segurança do Estado a publicação de cadernos de informação e doutrina. Nos países acusados de propaganda unilateral, essas diferenças - mesmo que nem sempre concordemos com elas - parecem-nos essenciais à formação das consciências esclarecidas. Como quer que seja, reconhecemos a aceitar que a informação e a doutrina sejam consideradas crimes contra a segurança do Estado.

Porém, não é irracional as condições a que são sujeitos os presos suspeitos de crimes contra a segurança do Estado, Estado de passagens que ao P. Felicidade foram retiradas as chaves e impediu autorização para possuir um livro, denunciando a falta de respeito pela dignidade da pessoa, que nos é narrada por muitos homens e mulheres que saíram das mãos da antiga FIDE, actual DGS, fomentando no clima de ódio psicológico, as dificuldades quanto à organização da defesa, na incerteza relativa ao futuro (as chamadas condições de segurança permitem tornar indefinida uma pena de prisão).

Na história da Igreja há uma triste mancha, a da Inquisição. Com argumentos essencialmente idênticos aos do DGS - e do bem supremo de Deus e da Igreja - Amostramos uma máquina de opressão e injustiça revoltante. Como homens e como cristãos, repugnamos que o Estado Português não consinta na reedição da Inquisição.

Estas reflexões, que valeriam em qualquer tempo, tomam hoje uma importância ainda mais grave. Durante 40 anos a Igreja deu a sua contribuição ao actual regime político. Durante 40 anos fomos corriações a sair-nos em nome do bem supremo da Igreja e da pátria. Por isso, que a fidelidade ao Evangelho nos obriga a denunciar as injustiças e os erros apontados.

Mão nos move um intuito de revolta. Por isso, que os homens que passaram o tempo em que outros os homens da Igreja quem devia combater todos os movimentos dos homens. Queremos, sim, dizer que não mais serviremos para iluminar o regime. Reconhecendo os valores que possuímos, vemos igualmente os muitos erros que encerra. Não podemos aceitar que certa propaganda (feita por homens do Estado e por homens da Igreja) tenha a fazer crer no nosso povo que a actual situação política é a expressão temporal da vontade eterna de Deus.

A) P. João Manuel Santos Rodrigues
P. José Correia Cunha
P. Vasco Moniz
P. António Henrique I. Oliveira
P. João Diogo d'Almeida M. Sá
P. António Tavares Cardoso
P. Agostinho Jardim Gonçalves
P. João Manuel Brandão Gomes Castro
P. Luís Manuel Vítor Gomes Brito
P. António Rodrigues Correia
P. Carlos Alberto Cruz

P. Manuel Ferreira Ferreira
P. Joana Santos Nascimento
P. João Bragança Fernandes
P. Carlos Fernando Faria Alves
P. Duarte Almeida Jorge
P. António Crisóstomo
P. João Maria Henriques
P. Carlos Manuel Ferreira dos Santos
P. Manuel Álvaro Silva Quintas
P. José Pinheiro Feliciano

- O TEXTO DESTINA-SE A SER LIDO NA 2ª. FEIRA DO CORPO DE DEUS E SEMPRE QUE SE JULGAR PERTINENTE, A LER EM ASSIMILARES EM TODAS AS IGREJAS QUE ALIEM QUALQUER ADEIRA. DISTRIBUI-SE A QUALQUER DOS MEMBROS.

Vasco da Rocha's Affinity



Do CASI para o CBEI

A procura de novos caminhos para o prosseguimento da obra do CASI levou a que se experimentassem as ideias da autogestão, na época muito em voga.

Numa primeira fase, esse parecia ser o caminho. Contudo, a falta de experiência de gestão e a saída de alguns elementos, motivada pela alteração das suas vidas e novas e melhores oportunidades de emprego, veio inviabilizar essa solução.

Surgiu, então, a ideia de transformar o que restava do CASI num infantário.

Em 1975 nasceu o CBEL, Centro de Bem-Estar Infantil de Vila Franca de Xira.

O CBEI foi a primeira instituição de apoio à infância no nosso concelho e uma das primeiras no país. O CBEI é uma IPSS, Instituição Particular de Solidariedade Social, que de acordo com os seus estatutos, publicados no Diário do Governo de 12 de Fevereiro de 1975, não tem fins lucrativos e tem como objectivos a assistência à primeira, segunda e terceira infâncias.

Os corpos sociais do CBEI –
eleitos para mandatos de três anos
– são:

Mesa da Assembleia Geral,
com três elementos;
Direcção, com cinco elementos;
Conselho Fiscal.



Direcção-Geral da Assistência Social

Por despacho de 18 de Novembro findo:

Aprovados os novos estatutos por que deverá reger-se o Centro de Assistência Social Infantil de Vila Franca de Xira, que, em conformidade com os estatutos agora aprovados, se passa a denominar «Centro de Bem-Estar Infantil de Vila Franca de Xira».

Os presentes estatutos contém quarenta artigos, distribuídos por cinco capítulos.

Direcção-Geral da Assistência Social, 2 de Dezembro de 1974. — O Director-Geral, *Maria Raquel Ribeiro*. 1-0-1111

A primeira Assembleia Geral

Realizou-se a 18 de Novembro de 1976 a primeira Assembleia Geral do CBEI, com uma participação de 43 associados.

A mesa foi composta por alguns elementos da Comissão Instaladora:

José Araújo
João Conceição
Irene Couto
Cristina Marques
Carlos Marques

Os primeiros Corpos Sociais

Na Assembleia foram eleitos os primeiros Corpos Sociais, para o triénio 76/78, cuja composição foi a seguinte:

Assembleia Geral:

Maria José Paixão,
Maria Elisa Calheiros
Paulo Couto

Direcção:

Norberto Sousa,
Sertório Félix,
José Araújo,
Virgínia Araújo
Irene Couto.

Conselho Fiscal:

Maria Capucha,
Carlos Marques
José Ferreira.

Estes elementos tomaram posse a 13 de Dezembro de 1976.



Curiosidades

O valor da quota foi fixado em dez escudos mensais.

As primeiras mensalidades foram fixadas em 800 escudos.

Por cada criança foi atribuído um subsídio pela Direcção Geral de Assistência.

Os critérios para a definição das prioridades na admissão de crianças foram fixados pelo IFAS, Instituto da Família e Acção Social.

O funcionamento do Centro foi objecto de um despacho do Secretário de Estado da Segurança Social.

— Aos dezoito dias de mês de Novembro de 1976, realizou-se a primeira Assembleia Geral de Sócios do Centro de Bem-Estar Infantil de Vila Franca de Xira, cumpridas que foram as formalidades legais para a convocação e realização do mesmo.

Esta Assembleia teve início, em seguida convocatória, pelas vinte e duas horas e quinze minutos com a presença de quarenta e três sócios.

A mesa foi constituída pelos seguintes membros da Comissão Instaladora: José Araújo, João Canceiras, Irene Couto, Cristina Marques, Carlos Marques e Paulo Couto. Com a unanimidade, fez igualmente parte da mesa a colaboradora Maria José Pousão.

Antes de se entrar propriamente na ordem de trabalhos, sentando a convocatória, fez, pela mesa, perguntado a Assembleia se estaria interessada em ouvir algumas informações acerca das obras de reconversão do "CASI" em Centro de Bem-Estar Infantil.

— Aceite por consenso esta introdução à reunião, ficou no entanto determinado que, dada a adiantada da hora as informações não deveriam exceder quinze minutos.

Assim, alguns elementos da mesa procederam às referidas informações, respondendo também a algumas questões postas pelos associados.

Em seguida entrou-se no primeiro ponto da ordem de trabalhos: "Eleição dos corpos gerentes para o triénio 76/79".

Antes porém de se recolherem as listas de candidatura, e a fim de completar a lista de sócios distribuída no passado dia, dez de Novembro foi, no momento, entregue aos presentes um apêndice a esta lista contendo o nome, morada e profissão dos sócios inscritos de dez a dezoito de Novembro, a fim de que, eventualmente, estes últimos sócios pudessem fazer parte das listas de candidatos.

Após esta distribuição foram convidados os sócios a apressar



Uma vida em prol dos outros

Uma (mais do que) merecida

Por iniciativa de um grupo de amigos que se dirigiram aos órgãos autárquicos da cidade e do concelho, foi promovida, a 1 de Dezembro de 1990, uma homenagem.







«Professor de comunicação social na Universidade Estadual de São Paulo, Manuel Chaparro, amigo do padre Moniz, falou do homenageado em quatro dimensões: o pedagogo, o amigo, o homem, o lutador.»

“Traçou um quadro emocional do homenageado lembrando muitas das suas ideias e posições, ou como comentava o que outros não faziam e deviam.

Curiosa a dicotomia que referiu

acerca da “caridade normal” e da “caridade jantarista”, tal como definiu iniciativas que outros promoveram em prol dos pobres, dos desprotegidos, mas cujo saldo era escasso ou nulo, porque as pessoas queriam mais comer do que ajudar.

Ao contrário de outros, que comiam menos abastadamente, menos pomposamente, para que a receita justificasse a iniciativa.

Os meios a justificarem os fins.»

“A toponímia da cidade vai passar a incluir o nome do Dr. Vasco Moniz, bem juntinho ao ex-CASI, concretamente nas suas traseiras... a partir de 1 de Dezembro assim será. Razão para todos os vilafranquenses se encherem de orgulho.” Também na vila da Castanheira do Ribatejo foi atribuído o seu nome a uma rua.





RECORDANDO O DR. VASCO MONIZ

Em cerca de 50 anos que o Padre Moniz viveu em Vila Franca, as nossas relações ^{sempre} pautaram-se pela estima e respeito mútuos.

Tanto minha mulher como eu próprio recebemos inequívocas provas da sua consideração. Guardo em minha casa lembranças pessoais que testemunham a sua amizade.

Logo nos cinco primeiros anos da sua vivência entre nós, o Padre Moniz ergueu uma obra social ~~xxxgrandesxxx~~ ~~xxxxx~~ que o impôs à admiração dos seus paroquianos: árvore cujos frutos permanecem vivos na memória dos homens que formou e lançou na vida. Refiro-me, como é óbvio, ao Centro de Assistência Social Infantil.

A sua ~~salgarante~~ inteligência, forte personalidade e desinteresse material que o caracterizavam, ^{alturas} ^{modos} ^{proceder} a sua maneira de incutir nos que o rodeavam o entusiasmo de que se achava possuído, contribuíram decisivamente para que se congregassem à sua volta as melhores boas vontades e, quer pela sua palavra convincente, quer ainda através da "Voz do Catraio", que editou e esforçadamente dirigiu, conseguiu em curto prazo obter os fundos indispensáveis para levar a bom termo a obra que, em boa hora, empreendera.

O Padre Moniz cedo começou, também, a participar na vida sócio-cultural de Vila Franca, trazendo-nos os seus vastos conhecimentos e o seu estímulo, colaborando, enfim, nas iniciativas que, naquela época, iam despertando.

Quando, em 1962, se festejaram as suas bodas de prata sacerdotais, foi-me dado associar à ^{monidade} homenagem de que ~~na-~~

~~temente~~ foi alvo, prestando gostosamente a minha humilde colaboração à Comissão que, para o efeito, se formou.

Nessa altura, como de resto em outras ocasiões, evidenciou-se, ^{em} sobremedida, a grande envergadura moral e intelectual que tanto o distinguiam.

Uma vez, vi-me forçado, pelas circunstâncias, a fazer a apresentação ~~de~~ conferente numa sessão ^{das} promovida pela Biblioteca-Museu Municipal. Na mesa, à minha esquerda, sentava-se o Padre Moniz, a quem o Presidente da Câmara dera a direita.

^{em limit. occasione} Nunca fui ~~homem~~ para falar em público e de improviso ^{na hora da} e sentia-me deveras embaraçado ao desempenhar-me daquela - para mim - tão difícil e ingrata tarefa.

Como pude, lá disse o que me veio à mente. E, ao dar por findas as minhas curtas e pobres palavras, senti a mão do Padre Moniz apoiar-se fortemente na minha, num ^{gesto} de confiança e amizade que, naquele momento, interpretei como se nem tudo o que dissera estaria totalmente errado.

Era assim o Padre Moniz!

Que Deus tenha em Sua santa guarda a alma daquele que, na terra, procurou ^{praticar} fazer o bem e fez da sua vida, com isenção e generosidade, uma total doação.

Raul de Carvalho

15/04/89



A partir de 1996, a antiga Escola Preparatória de Vila Franca de Xira passou a designar-se Escola Básica 2,3 Dr Vasco Moniz, por proposta do seu Conselho Directivo.



ESCOLA PÚBLICA
DE VASCO MONIZ
VILA FRANCA DE AIRES

25.07.96 • 13 • O RUBATEJO

VILA FRANCA

VASCO MONIZ DÁ NOME À ESCOLA PREPARATÓRIA

A Secretária de Estado da Administração Educativa (SE-AE) fez publicar, em "Diário da República" do passado dia 17 de Julho, o despacho em que reconhece a atribuição do nome do dr. Vasco Moniz à Escola Preparatória de Vila Franca de Xira. A proposta foi feita pelo Conselho directivo do referido estabelecimento de ensino, apoiado pela Câmara vila-franquesa. Vasco Francisco do Rosário

Moniz foi pároco de Vila Franca durante 33 anos, pedagogo, escritor, professor, jornalista e deputado constituinte (1975).

"Consciente das carências sociais e das injustiças Social Infância de Assistência Social Infantil (CASI), dinamizou diversos movimentos juvenis, criou a "Voz do Catraio" e impulsionou a construção do pavilhão ginásio-desportivo e de um bairro social. Para além da sua acção soci-

al, pastoral e ecuménica, Vasco Moniz, leccionou no seminário Maior dos Olivais em Lisboa e foi professor nos ensinos preparatório e secundário. Vasco Moniz foi pioneiro na valorização da educação pré-escolar e na ligação entre a escola e o meio social. Em 1963 foi agraciado pelo Estado Português com o grau de oficial da Ordem da Benemerência. Faleceu em 1988, com 75 anos de idade.





Dia
da Cidade

Comissão de Festas das Comemorações do Dia da Cidade

O projecto de homenagear o Dr. Vasco Moniz, por ocasião do 60º aniversário da fundação do CASI, é da responsabilidade de uma comissão constituída no âmbito das iniciativas para o Dia da Cidade-2003.

Desta comissão fazem parte, pelo CBEL, Centro de Bem-Estar Infantil de Vila Franca de Xira, Anabela Oliveira, Isabel Lopes e Octávio Augusto; pelo Grupo de amigos do Dr. Vasco Moniz, João Conceição e José Correia; pela Comissão Executiva da Escola EB 2,3 Dr. Vasco Moniz, Florbela Além e Mariana Faria; pela Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB 2,3 Dr. Vasco Moniz, Ana Paula Batalha, António Marques Fernandes e Euclides Costa; pela Paróquia de S. Vicente Mártir de Vila Franca de Xira, David Silva.

Agradecimentos

Para que este projecto fosse possível muitas pessoas e entidades deram a sua contribuição a diversos níveis. Com as desculpas antecipadas por eventuais omissões, agradecemos a colaboração de:

Ana Serra
Carlos Marques
David Silva
Fernanda Moniz
Herdeiros de Raúl de Carvalho e Alice Pelouro
Carvalho
Hortense Amador
Isabel Afonso
Irene Couto
João Conceição
José Correia
Maria da Conceição Marques
Maria Elisa Calheiros Martins
Maria Fernanda Oliveira
Manuel Lucas de Almeida (Manuel Sacristão)
Padre Vítor Gonçalves
Pedro Batalha
Pedro Miguel
Teresa Correia
Vítor Figueiredo

E das seguintes entidades:

ACIS – Associação de Comércio, Indústria e Serviços
de Vila Franca de Xira e de Arruda dos Vinhos

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira



É da mais elementar justiça referir que o livro *“Um Homem, uma Aldeia”*, da autoria do *Catraio* Armando Dinis da Silva, foi essencial para a orientação de todo o trabalho realizado.

Bibliografia

Monografias

Silva, Armando Diniz da,
Um Homem, uma Aldeia,
Edição de Autor,
Vila Franca de Xira, 1989.

Tarracha, Jorge Câncio, *Antologia Histórica sobre o Movimento Associativo de Vila Franca de Xira – 1853/1995*, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Alhandra, 1997.

Fontes documentais

ANTT, Arquivo PIDE/DGS,
Bol 713074 CX 8T29.

ANTT, Arquivo PIDE/DGS,
CI (1) 377 CX 1184.

Periódicos

Voz do Catraio, CASI, n.º 1/100,
de 1946 a 1961

Boletim Paroquial, Paróquia de S. Vicente Mártir
de Vila Franca de Xira, n.º 1/14,
de 1970 a 1972.

«Centro de Assistência Social Infantil»,
Vida Ribatejana, número especial
de Dezembro de 1943.

«Uma ideia em marcha»,
Vida Ribatejana Ano XXVIII, n.º 1153,
de 19/03/1944, pág.1.

«Centro de Assistência Social Infantil
de Vila Franca de Xira,
Ouvindo o Presidente da sua
Comissão Executiva,
Rev.º Dr. Vasco Moniz»,
Vida Ribatejana, Ano XXVIII, n.º 1190,
de 15/10/1944.

«Centro de Assistência Social Infantil
é inaugurado no próximo
dia 10 de Dezembro»,
Vida Ribatejana, Ano XXVIII, n.º 1196,
de 26/11/1944, pág.1.

«Pedindo e Esclarecendo»,
Vida Ribatejana, Ano XXVIII, n.º 1197,
de 10/02/1944.

«Centro de Assistência Social Infantil»,
Vida Ribatejana – Ano XXVIII, n.º 1214,
de 4/02/1945, pág. 1.

«Carta do Rev.º Dr. Vasco Moniz»,
Vida Ribatejana, Ano XXIX, n.º 1218,
de 11/03/1945 – pág. 2.

«Centro de Assistência Social Infantil»,
Vida Ribatejana Ano XXIX, n.º 1257,
de 18/11/1945, pág. 2.

«A Voz do Catraio»,
Vida Ribatejana, Ano XXIX n.º 1271,
de 13/01/1946.

«O 2.º Aniversário do Centro
de Assistência Social Infantil
de Vila Franca»,
Vida Ribatejana, Ano XXX, n.º 1317,
de 24/11/1946.

«O 3.º Aniversário do CASI»,
Vida Ribatejana, Ano XXXI, n.º 1375,
de 15/11/1947.

«Os serviços de assistência
do nosso concelho exigem protecção»,
Vida Ribatejana, Ano XXXI, n.º 1378,
de 20/12/1947, pág. 1.

«O 4.º Aniversário do Centro
de Assistência Social Infantil
de Vila Franca de Xira»,
Vida Ribatejana, Ano XXXII, s/n.º,
de 11/12/1948.

«O 4.º Aniversário do CASI
e a representação da opereta
«O Coração de Alfama»,
Vida Ribatejana, Ano XXXII s/n.º,
de 25/12/1948.

«O mal... e a caramunha»,
Vida Ribatejana – Ano XXXIII, s/n.º,
de 22 de Outubro de 1949, pág. 1.

«Dr. Moniz: uma voz desaparecida»,
Jornal O Ribatejo, 8/12/1988.

«Morreu o Dr. Moniz
– o missionário de Vila Franca»,
O Ribatejo, 8/12/1988.

«Dr. Vasco Moniz»,
[agradecimentos de amigos e familiares],
O Ribatejo, 8/12/1988.

«Livro de Armando Dinis da Silva (2)
– Padre Vasco Moniz:
uma vida pelos outros»,
Vida Ribatejana, 23/3/1990.

«Vilafranquenses reclamam nome
de Vasco Moniz para uma rua
da nossa cidade»,
Vida Ribatejana, 27/4/1990.

«Vasco Moniz é nome de rua»,
O Ribatejo, 4/10/1990.

«Grupo de Amigos do Dr. Vasco Moniz
vai homenagear o sacerdote, o pedagogo,
o benemérito, o escritor-jornalista,
o professor, o cidadão e deputado,
o homem inquieto e despojado»,
O Ribatejo, 1/11/1990.

«Homenagem a um homem
que deu sentido à vida»,
Vida Ribatejana, 14/11/1990.

«Satisfeita reivindicação
de *Vida Ribatejana*
– Dr. Vasco Moniz na toponímia da cidade»,
Vida Ribatejana, 16/11/1990.

«Homenagem Póstuma
ao Dr. Vasco Moniz»,
Vida Ribatejana, 23/11/1990
e 30/11/1990.

«Homenagem Póstuma
do Dr. Vasco Moniz»,
Diário de Notícias, 24/11/1990.

«Amigos de Vasco Moniz
relembra a sua vida»,
O Ribatejo, 26/11/1990.

«Homenagem Póstuma
do Dr. Vasco Moniz»,
Correio da Manhã, 26/11/1990.

«Dr. Vasco Moniz
3.º aniversário da sua morte»,
Vida Ribatejana, 29/11/1991.

«Vila Franca homenageia
Vasco Moniz»,
Jornal O Ribatejo, de 29/11/1990.

«Mais rica a toponímia da cidade
– vamos recordar amanhã
o Dr. Vasco Moniz»,
Vida Ribatejana, 30/11/1990.

«O meu adeus tardio
ao Dr. Vasco Moniz»,
Germano Cleto,
O Ribatejo, 5/12/1991.

«Homenagem ao Dr. Vasco Moniz
– “trabalhou para os outros
a vida inteira”»,
Vida Ribatejana, 6/12/1991.

«Vasco Moniz morreu há quatro anos
– missa no dia 30, romagem no dia 1»,
Vida Ribatejana, 26/11/1992.

«Vasco Moniz recordado»,
O Ribatejo, 25/11/1993.

«Vasco Moniz morreu
há cinco anos
– missa no sábado,
romagem na Quarta-Feira»,
Vida Ribatejana, 25/11/1993.

«Grupo de Amigos
do Dr. Vasco Moniz
– Dr. Vasco Moniz,
8.º aniversário da sua morte»,
O Ribatejo, 28/11/1996.

«Pontos de vista
– o gato da Serpa Pinto»,
Ação Ribatejana, 7/1/1997.

Relação dos números do jornal *Vida Ribatejana*, e respectivos suplementos especiais, que foram consultados mas que não foram incluídos na exposição, nem neste livro:

Ano XXV, N.º 1012, 8 Fevereiro 1942
 Ano XXVII, N.º 1131, 5 Dezembro 1943, pág.1
 Ano XXVII, N.º 1144, 16 Janeiro 1944, pág.1
 Ano XXVII, N.º 1147, 6 Janeiro 1944, pág.3
 Ano XXVIII, N.º 1152, 12 Março 1944, pág.1
 Ano XXVIII, N.º 1153, 19 Março 1944, pág.1
 Ano XXVIII, N.º 1163, 4 Junho 1944, págs.1 e 4
 Ano XXVIII, N.º 1191, 22 Outubro 1944, pág.1
 Ano XXVIII, N.º 1193, 5 Novembro 1944, pág.1
 Ano XXVIII, N.º 1195, 19 Novembro 1944, pp.1 e 4
 Ano XXIX, N.º 1219, 18 Março 1945, pág.2
 Ano XXIX, N.º 1220, 25 Março 1945, pág.4
 Ano XXIX, N.º 1247, 9 Setembro 1945, pág.1
 Ano XXIX, N.º 1258, 2 Dezembro 1945, pág.2
 Ano XXIX, N.º 1273, 27 Janeiro 1946, pág.4
 Ano XXIX, N.º 1276, 17 Fevereiro 1946, pp.1 e 4
 Ano XXX, N.º 1314, 3 Novembro 1946, pág.1
 Ano XXX, N.º 1315, 10 Novembro 1946
 Ano XXX, N.º 1316, 17 Novembro 1946
 Ano XXX, N.º 1318, 1 Dezembro 1946, pág.1
 Ano XXX, N.º 1319, 8 Dezembro 1946, pp.1 e 2
 Ano XXX, N.º 1320, 15 Dezembro 1946, pág.1
 Ano XXXI, N.º 1373, 1 Novembro 1947, pág.1
 Ano XXXI, N.º 1376, 22 Novembro 1947, pág.4
 Ano XXXII, s/n.º 21 Fevereiro 1948, pp.1 e 2
 Ano XXXII, s/n.º 3 Julho 1948, pág.3
 Ano XLVI, N.º 2283, 17 Novembro 1962, pág.1
 Ano XLVI, N.º 2284, 24 Novembro 1962, pp.1 e 3
 Ano XLVI, N.º 2289, 29 Dezembro 1962, pág.1
 Ano LXXXIV, N.º 3578, 16 Novembro 1990, pp.1 e 2

Vida Ribatejana (Suplementos Especiais)

Julho 1944, Natal 1944, Julho 1945, Julho 1946, 1960

Documentos electrónicos

Moniz, Vasco, Ficha de deputado, 24/02/2003

<<http://daplen/Bddeputados/verDeputado.asp?idDeputado=4232>>

Assembleia da República, Diário da Assembleia Constituinte, n.º 023,

data da sessão 24/07/1975, data do diário 25/07/1975,

páginas do Diário 0571 a 0590, página 0579,

<http://debates.parlamento.pt/r3/dac/shpg_dac.asp>, 08/05/2003

Assembleia da República, Diários da Assembleia Constituinte,

Deputados Constituintes, Substituição de deputados,

<<http://debates.parlamento.pt/r3/dac/deputados/substit.asp>>, 08/05/2003

Assembleia da República, Diários da Assembleia Constituinte,

Deputados Constituintes, Substituição de deputados, pedido de substituição, 24/07/1975,

<<http://debates.parlamento.pt/r3/dac/assuntos/tema-696.asp>>, 08/05/2003

*“Quero viver no meio desta gente simples
para saborear o sentido pleno daquela palavra
que, por muito aparecer nos discursos,
parece que emigrou dos corações: fraternidade.”*

Vasco Moniz

Este não é o *trabalho*.
É, apenas, mais um *trabalho*
seguramente incompleto.
Outros abordariam
o assunto de outra forma,
valorizando mais este
ou aquele aspecto.
Da nossa parte,
para que conste,
entendemos indispensável
afirmar que, num momento
em que parece que estamos
condenados a uma certa
formatação das mentes,
das atitudes, dos valores
e dos comportamentos,
o exemplo de Vasco Moniz
é, seguramente,
uma pedrada no charco,
um grito de alerta!

